



CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

MOVIMENTO PARA
AMPLIAR O DIÁLOGO
PÚBLICO E O
CONHECIMENTO SOCIAL
SOBRE OS 17 OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA ONU E
SUAS METAS ASSOCIADAS.



ENVOLVERDE



SUMÁRIO

04	DIÁLOGOS DO PONTAL CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PONTAL DO PARANAPANEMA
08	DIÁLOGOS DO PONTAL SOBRE AS DIMENSÕES AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA DOS ODS
13	MUITO ALÉM DE QUESTÕES AMBIENTAIS
14	ÁGUA LIMPA E POTÁVEL É FUNDAMENTAL PARA AS CRIANÇAS
16	A DIMENSÃO AMBIENTAL DOS ODS
20	AÇÃO REGENERATIVA NO PONTAL
21	CRISE CIVILIZATÓRIA E AMBIENTAL
23	O PONTO DE NÃO RETORNO
24	SOLUÇÕES APRESENTADAS SÃO INSUFICIENTES
26	UM ODS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA E OUTRO PARA A INFÂNCIA
27	A DIMENSÃO SOCIAL DOS ODS
30	SAÚDE PÚBLICA É UM TEMA SENSÍVEL NO PONTAL
31	A INFRAESTRUTURA DE SAÚDE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS
32	INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ODS
34	ATENÇÃO PRIMÁRIA AOS DIREITOS DE SAÚDE DA MULHER
35	IMPACTO GLOBAL DA INTEGRAÇÃO DAS MULHERES NA ECONOMIA
38	A DIMENSÃO ECONÔMICA DOS ODS
45	FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O SETOR PÚBLICO
71	LISTA DE CIDADES DO PONTAL DO PARANAPANEMA

SOBRE O DIÁLOGOS DO PONTAL CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas foram anunciados em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e constituem uma agenda com a qual cada país-membro se comprometeu, incluindo o Brasil. São compromissos estipulados para serem alcançados até o ano de 2030 e, por isso, ficaram conhecidos também como Agenda 2030.

O Brasil está entre os 193 países que participaram da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015, em Nova York, e aprovaram o mais importante pacto entre as nações desde a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1948. Naquele momento histórico, o mundo começava a superar os horrores de uma guerra mundial. Agora, o mundo se une para buscar soluções, por meio de políticas públicas, para os problemas relacionados à fome, à desigualdade, às doenças, à

emergência climática e outros que assolam principalmente as populações mais vulneráveis.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentam metas tangíveis para o enfrentamento de desafios para os quais as sociedades e governos já têm soluções. Portanto, trata-se mais de vontade política do que de orçamentos. Para muitos desses desafios, as estruturas financeiras nacionais e internacionais já oferecem linhas de crédito, muitas vezes subsidiadas, para a realização dos investimentos necessários.

Também há políticas públicas de órgãos estaduais e federais que apoiam municípios para o cumprimento das metas que estão previstas em cada um dos ODS. O projeto ambiental Diálogos do Pontal – Agenda para o Desenvolvimento Sustentável é uma parceria entre o mandato do deputado estadual Mauro Bragato e o Instituto Envolverde para ampliar o conhecimento dos 17

ODS e suas metas associadas. Foram realizados eventos que reuniram membros do poder público da região paulista do Pontal do Paranapanema, representantes de diversos setores da economia da região, representações profissionais e de empreendedorismo, e especialistas ligados a organizações sociais e academia.

Em cinco oportunidade, nos meses de abril, maio, junho e julho de 2024, aconteceram diálogos presenciais e virtuais para debater demandas e estratégias para fortalecer as potencialidades da região do Pontal. O objetivo dessa série de diálogos foi aprofundar o conhecimento sobre os ODS e as oportunidades que eles oferecem para a construção de uma economia baseada na sustentabilidade com foco no futuro. Este século apresenta inúmeros desafios para a humanidade e já existem os instrumentos necessários para fazer os diagnósticos dos problemas e a tecnologia para superá-los.

A intenção é que este documento sirva de apoio à gestão não apenas pública, como também privada e das organizações sociais que atuam na região do Pontal.



ODS 1 – ERRADICAÇÃO DA POBREZA

ATÉ 2030, ERRADICAR A POBREZA EXTREMA PARA TODAS AS PESSOAS EM TODOS OS LUGARES, DEFINIDA COMO PESSOAS VIVENDO COM MENOS DE R\$ 3,20 PER CAPITA POR DIA.

ODS 2 – FOME ZERO

ATÉ 2030, ERRADICAR A FOME E GARANTIR O ACESSO DE TODAS AS PESSOAS, EM PARTICULAR OS POBRES E PESSOAS EM SITUAÇÕES VULNERÁVEIS, INCLUINDO CRIANÇAS E IDOSOS, A ALIMENTOS SEGUROS, CULTURALMENTE ADEQUADOS, SAUDÁVEIS E SUFICIENTES DURANTE TODO O ANO.

ODS 3 – BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

ATÉ 2030, REDUZIR A RAZÃO DE MORTALIDADE MATERNA PARA NO MÁXIMO 30 MORTES POR CEM MIL NASCIDOS VIVOS.

ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E MENINOS COMPLETEM O ENSINO FUNDAMENTAL E O MÉDIO, EQUITATIVO E DE QUALIDADE, NA IDADE ADEQUADA, ASSEGURANDO A OFERTA GRATUITA NA REDE PÚBLICA E QUE CONDUZA A RESULTADOS DE APRENDIZAGEM SATISFATÓRIOS E RELEVANTES. E SUFICIENTES DURANTE TODO O ANO.

ODS 5 – IGUALDADE DE GÊNERO

ELIMINAR TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO, NAS SUAS INTERSECÇÕES COM RAÇA, ETNIA, IDADE, DEFICIÊNCIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL, IDENTIDADE DE GÊNERO, TERRITORIALIDADE, CULTURA, RELIGIÃO E NACIONALIDADE, EM ESPECIAL PARA AS MENINAS E MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA, DAS ÁGUAS E DAS PERIFERIAS URBANAS.

ODS 6 – ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO

ATÉ 2030, ALCANÇAR O ACESSO UNIVERSAL E EQUITATIVO A ÁGUA POTÁVEL SEGURA E ACESSÍVEL, E A SANEAMENTO E HIGIENE ADEQUADOS E EQUITATIVOS PARA TODAS E TODOS.

ODS 7 – ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA

ATÉ 2030, ASSEGURAR O ACESSO UNIVERSAL, CONFIÁVEL, MODERNO E COM PREÇOS ACESSÍVEIS, A SERVIÇOS DE ENERGIA.

ODS 8 – EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

REGISTRAR UM CRESCIMENTO ECONÔMICO PER CAPITA ANUAL MÉDIO DE 2,55% ENTRE 2019 E 2030.

ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

APRIMORAR O SISTEMA VIÁRIO DO PAÍS, COM FOCO EM SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA NO TRÂNSITO E TRANSPORTE, EQUALIZANDO AS DESIGUALDADES REGIONAIS, PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO REGIONAL E TRANSFRONTEIRIÇA, NA BUSCA POR MENOR CUSTO, PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E DE CARGAS, EVITANDO PERDAS, COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS MODOS DE ALTA CAPACIDADE, COMO FERROVIÁRIO, AQUAVIÁRIO E DUTOVIÁRIO, TORNANDO-O ACESSÍVEL E PROPORCIONANDO BEM-ESTAR A TODAS E TODOS.

ODS 10 – REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

ATÉ 2030, PROGRESSIVAMENTE ALCANÇAR E SUSTENTAR O CRESCIMENTO DA RENDA DOS 40% DA POPULAÇÃO MAIS POBRE A UMA TAXA MAIOR QUE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS.

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ATÉ 2030, GARANTIR O ACESSO DE TODAS E TODOS A MORADIA DIGNA, ADEQUADA E A PREÇO ACESSÍVEL, E AOS SERVIÇOS BÁSICOS; E URBANIZAR OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DE ACORDO COM AS METAS ASSUMIDAS NO PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

ODS 12 – CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

IMPLEMENTAR O PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS, EM ARTICULAÇÃO COM ENTES FEDERADOS.

ODS 13 – COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

AMPLIAR A RESILIÊNCIA E A CAPACIDADE ADAPTATIVA A RISCOS E IMPACTOS RESULTANTES DA MUDANÇA DO CLIMA E A DESASTRES NATURAIS.

ODS 14 – VIDA DEBAIXO D'ÁGUA

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS, DOS MARES E DOS RECURSOS MARINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

ODS 15 – VIDA SOBRE A TERRA

ASSEGURAR A CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE ECOSISTEMAS TERRESTRES E DE ÁGUA DOCE INTERIORES E SEUS SERVIÇOS, EM ESPECIAL FLORESTAS, ZONAS ÚMIDAS, MONTANHAS E TERRAS ÁRIDAS, EM CONFORMIDADE COM AS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DOS ACORDOS INTERNACIONAIS.

ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES

REDUZIR SIGNIFICATIVAMENTE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA E AS TAXAS DE MORTALIDADE RELACIONADAS, EM TODOS OS LUGARES, INCLUSIVE COM A REDUÇÃO DE UM TERÇO NAS TAXAS DE FEMINICÍDIOS E DE HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, NEGROS, INDÍGENAS, MULHERES E LGBT.

ODS 17 – PARCERIAS EM PROL DAS METAS

FORTALECER A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS INTERNOS, INCLUSIVE POR MEIO DO APOIO INTERNACIONAL AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, PARA MELHORAR A CAPACIDADE NACIONAL DE ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS E OUTRAS RECEITAS.

SAIBA MAIS

PARA SABER MAIS SOBRE OS ODS ACESSE O PORTAL DA ONU SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
[HTTPS://BRASIL.UN.ORG/PT-BR/SDGS](https://brasil.un.org/pt-br/sdgs)

CONFIRA O CONTEÚDO
DOS DIÁLOGOS DO
PONTAL SOBRE
AS DIMENSÕES
AMBIENTAL, SOCIAL E
ECONÔMICA DOS ODS

DESENVOLVIMENTO DO PONTAL DO
PARANAPANEMA SOB A ÓTICA DOS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



*A sociedade será aquilo que
ela fizer por ser. Aquilo que ela
assumir como compromisso.”*

Dal Marcondes, presidente do Instituto Envolverde.

PARTICIPANTES

REINALDO CANTO vice-presidente do Instituto Envolverde

DAL MARCONDES presidente do Instituto Envolverde

MAURO BRAGATO deputado estadual (PSDB)

LUCAS BRESSANI diretor executivo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)

ITAMAR DOS SANTOS SILVA prefeito de Narandiba

AUGUSTO CESAR MARQUES superintendente da Sabesp de Presidente Prudente

JOSÉ CARLOS CAVALCANTE gerente regional do Sebrae de Presidente Prudente

HELEONICE MARIA DA SILVA NASCIMENTO (DONA NICE) líder do assentamento Gleba 15 de Novembro da cidade de Rosana

No dia 5 de abril de 2024, ocorreu o primeiro debate do projeto ambiental Diálogos do Pontal – Agenda para o Desenvolvimento Sustentável. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram apresentados neste painel, que reuniu jornalistas especializados, políticos, executivos de empresas e lideranças de movimentos populares.

No evento foi discutido o desenvolvimento da região paulista do Pontal do Paranapanema na perspectiva dos 17 ODS. Um desafio como diversos outros, porém de uma importância exponencial, já que os extremos climáticos surgem com toda fúria destrutiva, gerando ainda mais dificuldades para o cumprimento dos objetivos, pois o tempo está cada vez mais escasso.

Nós temos um aporte de investimentos que, nos últimos anos, foi muito bom em todas as áreas, mas temos nossas deficiências, sendo a maior delas a renda das pessoas, que é mais baixa do que a de muitas regiões do Estado de São Paulo. É a questão da renda que nós vamos ter que trabalhar.”

Deputado Mauro Bragato



O deputado estadual Mauro Bragato lembrou que o Pontal do Paranapanema é uma região com 32 municípios e uma população de 600 mil habitantes, aproximadamente, e deixou evidente a situação relacionada à renda e sua gravidade.

Lucas Bressani, diretor executivo do Itesp, entidade com forte atuação nos municípios do Pontal, também destacou outras dificuldades regionais. E sobre isso fez uma convocatória. Para a entidade, é de suma importância a união de municípios, iniciativa privada e terceiro setor, para que se debata todas essas iniciativas e como serão planejadas as ações em médio e longo prazos. E isso passa pela regularização fundiária inclusive, pois a vocação da economia local é agroindustrial.

“Hoje estamos trabalhando para regularizar os assentamentos, as médias e as grandes propriedades em larga escala. E o que muda com isso? Tudo, porque, se você não tem a escritura e a matrícula da sua propriedade, você não tem segurança para investir. Você não tem condições

de buscar um financiamento. São inúmeros empecilhos que fazem com que a nossa região não se desenvolva de fato”, observou Lucas Bressani.

O cenário para que o Pontal do Paranapanema seja, de fato, uma nova fronteira agrícola vem sendo preparado, em especial por ser a última do Estado de São Paulo. Dona Nice, presidente da Organização das Mulheres Unidas da Gleba 15 de Novembro e assentada há 40 anos, conhece como poucos as dificuldades e as facilidades que brotam desse chão. Ela apontou que os assentados vivem num lugar com muita água, banhado por dois rios, e, mesmo assim, há episódios severos de grandes secas.

“Esse projeto vai ser fundamental, assim como todos os outros que estão vindo em apoio à vida do assentado. Eu falo que nós somos as primeiras cidades de São Paulo e não as derradeiras, porque, se pegarmos daqui para lá, falam que nós somos os últimos, mas nós somos as primeiras cidades do Estado de São Paulo”, opinou, apontando para uma

nova orientação social e econômica e de importância para a região. As ferramentas para transformar a atual realidade vão surgindo, como demonstrou Itamar dos Santos Silva, prefeito de Narandiba, de seis mil habitantes. A mão de obra qualificada está cada vez maior com a presença de universidades, escolas, Etecs e Fatecs, as quais têm proporcionado essa condição. José Carlos Cavalcante, gerente regional do Sebrae de Presidente Prudente, garantiu a participação da entidade para atender quem mais precisa, que são os pequenos negócios e os empreendedores, por meio de seus programas.

Em sua transição de estatal para o segmento privado, a Sabesp pretende trazer um novo olhar sobre todos os municípios onde opera. ***“Olharemos o município como um todo e esperamos contribuir, dessa forma, com o desenvolvimento e a melhoria da condição de vida dos assentados e de todos aqueles que moram na zona rural”, afirmou o representante da companhia, Augusto Cesar Marques.***



ODS SÃO OBJETIVOS QUE VÃO MUITO ALÉM DE QUESTÕES AMBIENTAIS

O jornalista Reinaldo Canto fez um alerta importante. Os ODS são costumeiramente confundidos com questões ambientais apenas, embora isso não corresponda à proposta integral da ONU. É importante destacar que, quando se fala em desenvolvimento sustentável, tende-se a algo muito ligado apenas à parte ambiental, mas os ODS vão muito além disso. Eles também tratam de outras questões ligadas ao emprego, à renda, à inovação, ao combate à pobreza e à desigualdade.

Dal Marcondes explicou que eles são divididos em três áreas: economia, com cinco objetivos, oito na área de sociedade, e quatro na área de meio ambiente ou biosfera. Esses objetivos começam por acabar com a pobreza, algo que tem que ser meta da humanidade, e continuam com as metas de alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e prover agricultura sustentável.

“Há muitas iniciativas sobre isso. Os próprios assentamentos do Pontal praticam agricultura sustentável e promovem os alimentos saudáveis”, salientou o jornalista.

Outro ponto é assegurar uma vida saudável. Entre os ODS, há metas muito específicas, como cuidados e atendimento para crianças na primeira infância e mulheres nos seus momentos importantes do parto.

O ODS 4 aborda educação de qualidade. Para alcançá-la, ***“precisamos de metas a partir de políticas públicas, e dinheiro existe para isso, há fontes de recursos associadas aos ODS, que vieram da União Europeia, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de verbas do Estado de São Paulo”, detalhou Dal Marcondes.***

ÁGUA LIMPA E POTÁVEL É FUNDAMENTAL PARA AS CRIANÇAS

A água potável é fundamental para crianças até cinco anos, porque, nesta fase, a diarreia atrapalha o desenvolvimento do cérebro. Em muitos lugares, uma criança nessa faixa etária tem episódios de diarreia frequentes, o que compromete a evolução intelectual. A criança doente por questões hídricas impede que a mãe saia para trabalhar. Ela vai ocupar o posto de saúde, essa mãe não vai poder trabalhar e não terá renda para sustentar a família. Cria-se um ciclo vicioso que não tira aquela família da pobreza.

O ODS 6 (Água Limpa e Saneamento) é o pilar de uma sociedade próspera, porque nenhuma sociedade pode se dizer desenvolvida se não tiver água de boa qualidade e saneamento básico universal.

Mais um que se aplica à região é o ODS 7 (Energia Acessível e Limpa). Isto é algo que no Pontal não falta. A quantidade de usinas hidrelétricas na região deveria ser suficiente para manter todo o sistema local bastante confiável do ponto de vista de energia limpa, além do enorme potencial da energia solar.

Construir infraestruturas resilientes para promover a industrialização inclusiva, sustentável e fomentar a inovação são metas do ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). Neste ponto o Sebrae é fundamental, pois 94% dos empregos formais do país concentram-se em pequenas empresas. Elas são as maiores geradoras de emprego do Brasil. Diminuir a desigualdade dentro dos países e entre eles é o foco do ODS 10 (Redução das Desigualdades). O Brasil está entre as dez maiores economias do mundo, entretanto, em termos de desigualdade, está por volta do 80º lugar.

São múltiplas as desigualdades. Desigualdade de acesso a tudo: escola, universidade, serviços públicos, conhecimento. É preciso tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos e sustentáveis. O momento é de emergências climáticas. Basta ver o que ocorreu na região do litoral norte de São Paulo e no Rio Grande do Sul, com volumes de chuvas nunca registrados naquelas regiões. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, este é o tema

do ODS 12 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que é atropelado por um problema universal na questão do consumo: todas as cidades têm os resíduos como uma das suas maiores despesas.

Da mesma forma ocorre com o ODS 13 (Combate às Alterações Climáticas), que exige medidas urgentes com relação a essas mudanças e seus impactos, afetando muito o gestor local. Como existe o problema de assentamentos em área de risco, há também em relação à saúde. Agora, por exemplo, o Brasil vive uma epidemia de dengue. O mosquito, *Aedes aegypti* está avançando por territórios onde ele nunca foi visto e em épocas do ano nas quais ele não tinha atividade.

Partimos agora para a conservação e o uso sustentável dos recursos hídricos – ODS 14 (Vida Debaixo D'Água).

“Aqui entram as represas e os rios, e a produção pesqueira. A região do Pontal é fantástica do ponto de vista de produtos que necessitam de muita água”, ressaltou Dal Marcondes.

Proteger, recuperar e promover o

uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra – esta é outro tema central e consta do ODS 15 (Vida Sobre a Terra). E então surge a questão: qual é o limite da exploração que se pode ter? O planeta tem um nível de resiliência e, se esse limite for ultrapassado, significa que se explorará mais do que a Terra é capaz de repor.

Promover sociedades pacíficas inclusive para o desenvolvimento sustentável; proporcionar o acesso à justiça para todos; construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas para todos – este é o escopo do ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes). Nada atrasa mais o desenvolvimento de uma sociedade do que sua violência interna, que destrói os potenciais da sociedade, porque não há nenhum problema social ou ambiental que não tenha origem numa decisão econômica ou política.

A compreensão desse processo passa por analisar os problemas ambientais e perguntar: “de onde veio? qual foi a origem dele?”.



A DIMENSÃO AMBIENTAL DOS ODS

A biodiversidade brasileira, de uma maneira geral, é o seu maior patrimônio e as pessoas precisam se conscientizar disso. Qualquer política pública tem que levar isso em consideração."

Andrea Travassos, coordenadora do Instituto Ipê.

PARTICIPANTES

REINALDO CANTO vice-presidente do Instituto Envolverde

DAL MARCONDES presidente do Instituto Envolverde

CLAUDIONOR PACHOALOTTO JUNIOR, "BILL" secretário de Meio Ambiente de Presidente Prudente

DJALMA WEFFORT coordenador de projetos na Apoena - Associação em Defesa do Rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar

PEDRO IVO presidente da Alternativa Terrazul, representando o Observatório do Clima

ANDREA PEÇANHA TRAVASSOS coordenadora da Unidade de Negócios Sustentáveis do Instituto Ip 

No segundo evento do projeto ambiental Diálogos do Pontal – Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, realizado no dia 24 de abril de 2024, especialistas discutiram as principais questões da região sob a ótica dos ODS mais ligados aos temas ambientais, que são: ODS 6 (Água Limpa e Saneamento), ODS 13 (Combate às Alterações Climáticas), ODS 14 (Vida Debaixo D'Água), ODS 15 (Vida Sobre a Terra).

O jornalista Dal Marcondes destacou que é preciso tomar decisões sobre os caminhos que a nossa civilização seguirá daqui para a frente. Essa não é uma tarefa apenas do governo federal, mas um compromisso de toda a sociedade brasileira com a comunidade do planeta Terra. Até 2030 essas metas deverão ter sido atingidas por todos os países.

O jornalista salientou ainda que “todos os 193 países que assinaram a Declaração dos ODS, todos os países-membros da ONU, concordaram com os ODS como métrica de desenvolvimento. Como um dos signatários desse pacto, o Brasil

compromete-se a desenvolver políticas públicas e ações que permitam atingir as metas. Essa não é uma tarefa apenas do governo federal, mas um compromisso de toda a sociedade brasileira com a comunidade do planeta Terra. Até 2030 essas metas deverão ter sido atingidas por todos os países”.



Entretanto, isso não deverá ocorrer caso inexista um esforço concentrado, pois diversos tópicos debatidos ao longo dos anos e em compromissos anteriores estão atrasados. A dimensão ambiental, principalmente, que é composta de quatro dos ODS.

Como o de ter água limpa e saneamento, previsto no ODS 6, que traça metas de proteção e gestão da água e de implantação de sistemas de saneamento básico. Entre essas metas estão a universalização do acesso a água potável e a ampliação de serviços adequados de captação e tratamento de esgoto, até 2030.



Há outras metas no ODS 6, mas o importante é compreender que a água e o saneamento básico são muito mais do que um direito humano fundamental. Nenhuma sociedade conseguiu evoluir social e economicamente sem ter essas duas metas atingidas. Os países considerados desenvolvidos têm esse problema já resolvido.

Além de um direito humano, a água de boa qualidade é um insumo fundamental para o desenvolvimento econômico. Nenhum produto industrial ou agrícola pode ser produzido sem esse recurso. Além disso, água de má qualidade é um dos maiores vetores de doenças do nosso tempo.

O segundo ODS é o 13, que trata de mudanças climáticas, um dos mais importantes desafios do nosso tempo: evitar que a temperatura média da Terra continue a subir. É necessário trabalhar para manter um patamar de estabilidade, com alta de temperatura média do planeta não superior a 1,5°C.

“Há muitos cientistas afirmando que não vamos conseguir mais atingir essa meta e que já estão olhando para o patamar de 2°C. As mudanças climáticas já chegaram e estão nos atingindo”, alertou Dal Marcondes.

O ODS 14 trata da vida sob a água. É sobre o ambiente onde surgiu a vida na Terra e que é, ainda hoje, o habitat de maior diversidade do planeta. Por fim, o ODS 15, que é sobre o habitat da humanidade, assim como de milhões de outras espécies animais e vegetais. Todos precisam de um ambiente limpo, despoluído, fértil e seguro para viver e reproduzir-se. Esse é o habitat das principais atividades econômicas da humanidade.

O objetivo dessa série de diálogos é aprofundar o conhecimento sobre os ODS e as oportunidades que eles oferecem para a construção de uma economia baseada na sustentabilidade com foco no futuro. Este século apresenta inúmeros desafios para a humanidade e já existem instrumentos necessários para fazer os diagnósticos dos problemas e a tecnologia para superá-los.

“Não há limites para o desenvolvimento a partir de premissas de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental. Agora é uma questão de vontade política e de ter os instrumentos necessários para resolvê-los”, ressaltou Dal Marcondes

AÇÃO REGENERATIVA NO PONTAL

Um dos exemplos de iniciativas que atendem os ODS ligados a temas ambientais é o do Instituto Ipê, uma das maiores organizações socioambientais do Brasil, como explicou sua representante, Andrea Travassos.

“A história do Ipê no Pontal do Paranapanema é um tanto exitosa, porque há 20 anos temos feito um trabalho que, a princípio, denominamos como sendo o ‘mapa dos sonhos’ – olhar para a região do Pontal, para o Morro do Diabo, que é um dos últimos vestígios de Mata Atlântica do interior e onde existe um mico-leão-preto, e olhar para todos esses fragmentos florestais do território buscando uma conexão do Parque Estadual com eles”, detalhou a coordenadora do Ipê.

Ao longo desses 20 anos, o Ipê plantou sete milhões de árvores, formando o maior corredor de Mata Atlântica do bioma, que alcança 12 quilômetros de extensão. Além de implementar esse corredor, o Instituto tem feito um trabalho muito importante de monitoramento dessa implementação. Isso representa uma contribuição diretamente ligada com o ODS 13 e com o ODS 15, mas também sem perder o foco na conservação da água, porque, quando se trabalha a proteção da floresta, indiretamente também se está protegendo a água que infiltra no solo.

CRISE CIVILIZATÓRIA E AMBIENTAL

Pedro Ivo, da Alternativa Terrazul, explicou que a entidade atua com políticas públicas e advocacy. Neste encontro, está também representando o Observatório do Clima.

“Eu quero falar primeiro sobre a questão climática. Nós vivemos hoje o que o nosso grande teórico e ativista socioambiental, Leonardo Boff, e outros intelectuais já disseram. Temos uma crise civilizatória e essa crise é multifacetada. Ela é uma crise social,

política, econômica, ambiental, ética, ou seja, nós estamos numa mudança de período, em que a civilização que nós construímos está precisando ser substituída por uma outra civilização que considere a sustentabilidade e o meio ambiente como o seu centro”, destacou.

O tema foi bem discutido na Eco-92, entretanto, a questão ambiental não começou em 1992, mas sim com o acidente nuclear no Japão, na década



de 1970. Na verdade, salientou Pedro Ivo, já tivemos visionários importantes que deram uma contribuição decisiva para o tema ambiental, como, por exemplo, José Bonifácio.

Segundo ele, Dom Pedro II também deu uma contribuição, não só com o Jardim Botânico, mas também porque ele foi fundamental para recuperar a Floresta da Tijuca, que está até hoje de pé. Além de outras contribuições, como a do Chico Mendes, que em 1988, portanto antes da Eco-92, criou o conceito de socioambientalismo e aprovou, em um congresso da CUT, a ideia das reservas extrativistas, que hoje viraram políticas públicas. Portanto, a questão ambiental no Brasil e no mundo não é uma novidade, ao contrário de discursos que afirmam isso.

No entanto, foi na Eco-92 que se falou fortemente de aquecimento global, em mudança climática. Foi naquele evento que se falou de forma mais avançada sobre desenvolvimento sustentável, porque esse conceito já estava presente na Conferência de Estocolmo, mas ainda muito embrionário. Também foi nele

que, pela primeira vez, se falou que era necessário mudar para um outro modelo de desenvolvimento e para isso teríamos que usar a Agenda 21.

“Portanto, estamos no ápice dessa crise civilizatória. O que acontece com o clima é que ele é o elemento mais preocupante dessa crise que se manifesta em outros aspectos, como no desmatamento, na poluição do ar e dos oceanos, e tantos outros”, alertou Pedro Ivo.

A mudança climática é global, estrutural e duradoura e ela pode ser provocada tanto por efeitos naturais como por ação humana. No nosso caso, uma maioria esmagadora dos cientistas afirma que ela é provocada pelo nosso modelo de desenvolvimento, sendo, portanto, uma ação humana. Quando isso se articula com outros elementos, como por exemplo, o El Niño e o La Niña, a situação se torna mais catastrófica. Portanto, o que nós chamávamos de aquecimento global, agora temos que chamar de emergências climáticas. Essas emergências fizeram com que 2023 fosse o ano mais quente das últimas décadas, com desastres no Brasil e no mundo como nunca vimos antes.

O PONTO DE NÃO RETORNO

Desde o Protocolo de Kioto que se estabeleceu que não se deveria ultrapassar 1,5°C na média global de temperatura. Segundo dados oficiais científicos, a média atual está em 1,2°C e todas as avaliações são de que, daqui a seis a dez anos, será ultrapassado o “ponto de não retorno”, que é quando o clima estará mudado de tal forma que acontecerão transformações catastróficas no nosso planeta, como, por exemplo, o derretimento das calotas polares.

Infelizmente, nada leva a crer que essa tendência vai mudar. Já se aproxima a 29ª COP, que será mais uma vez num país petroleiro, e, em 2025, acontecerá a COP30 no Brasil, em Belém, na Amazônia. No entanto, apesar das COPs reconhecerem o problema do clima e os países se mobilizarem, pouco se avançou.

SOLUÇÕES APRESENTADAS SÃO INSUFICIENTES

As saídas que as COPs e a maioria dos governos europeus estão apresentando são soluções de mercado e elas são insuficientes, porque o problema do clima está relacionado com o modelo de produção e consumo.

O desenvolvimento sustentável é um conceito que une muitas organizações, muitos setores, mas que não quer dizer a mesma coisa para muitas dessas instituições. Existe uma percepção de desenvolvimento sustentável parâmetro, que é a da ONU, que trabalha com três elementos apenas, mas existem outras visões sobre desenvolvimento sustentável, como as do Banco Mundial, de outros bancos, dos movimentos sociais, das ONGs.

Portanto, a própria visão de desenvolvimento sustentável também é um conceito em debate. Para aprofundar este debate, é importante a leitura da Carta da Terra, um documento aprovado numa grande discussão mundial em uma rede mundial de quatro mil organizações, que fala de uma visão de sustentabilidade que deveríamos ter como parâmetro, porque ela é visionária. Em 2000, a Carta da Terra já havia rompido com a ideia antropocêntrica. Ela não fala só em comunidade humana, mas que somos uma comunidade de vida, na qual tudo precisa estar em equilíbrio.



Os ODS são uma ferramenta fundamental, embora limitada, porque antes deles tivemos as Metas do Milênio e antes ainda a Agenda 21, que é muito mais completa que os ODS. Entretanto, infelizmente não conseguimos implementar a Agenda 21, então a ONU fez um processo mais pragmático e constituiu os ODS.

Segundo dados da ONU, nem um terço dos ODS foram colocados em prática em nível mundial. No Brasil,

o balanço é ainda mais negativo, porque a implementação dos ODS foi suspensa pelo governo anterior, que desconstruiu a Comissão Nacional dos ODS, segundo Pedro Ivo.

Entretanto, os ODS devem ser ampliados para suportar as demandas planetárias e humanas crescentes. A Comissão Nacional dos ODS do Chile apresentou uma proposta de criar o 18º ODS, que seria contra a discriminação racial, uma lacuna nos ODS vigentes.

UM ODS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA E OUTRO PARA A INFÂNCIA

“Além do 18º, eu sou favorável, e já conversei com muita gente sobre isso, à criação do 19º ODS, que seria sobre infância e juventude, porque também não tem nenhum regramento que trate especificamente de infância e juventude nos ODS”, destacou Dal Marcondes.

“Uma coisa que repito há anos é que não existe nenhum problema ambiental que não tenha origem em uma decisão econômica. Portanto, a nossa economia deve ser o foco de atenção para que a gente possa fazer uma virada civilizatória. O economista

Ignacy Sachs disse que nós temos que ter a humildade de reconhecer que o que estamos fazendo não está dando certo e temos que ter a coragem de mudar para algo que seja de fato comprometido com o futuro do planeta e da vida na Terra”, enfatizou.

A DIMENSÃO SOCIAL DOS ODS

A ideia é colocar o Pontal numa conexão com o estado inteiro e com o mundo, e esse é o papel que a universidade deve cumprir.”

Raul Guimarães, pró-reitor da Unesp.

PARTICIPANTES

REINALDO CANTO vice-presidente do Instituto Envolverde

DAL MARCONDES presidente do Instituto Envolverde

MATEUS GODOY diretor de Saúde no Campo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)

CRISTIANE MADEIRA psicóloga da Motiva Psicologia Aplicada

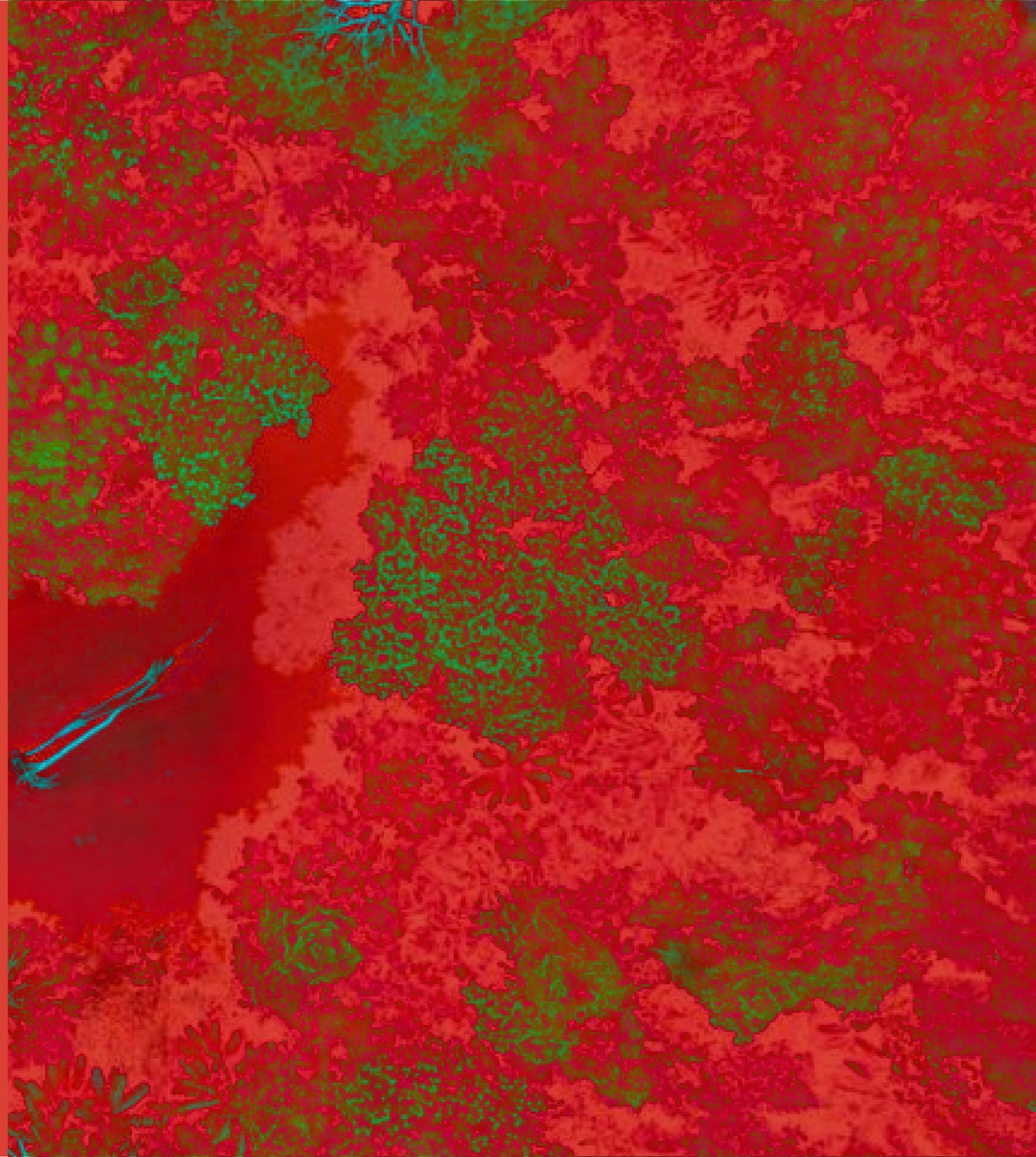
ROSANGELA ZAMINELI psicóloga da Motiva Psicologia Aplicada

BRENO LUIS ERBELLA CASARI secretário de Saúde de Presidente Prudente

RAUL BORGES GUIMARÃES pró-reitor de Extensão Universitária e Cultura da Unesp

JEFFERSON ALEXANDRE supervisor do Grupo de Agronegócio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)

O terceiro debate do projeto ambiental Diálogos do Pontal – Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, ocorreu no dia 15 de maio de 2024, reunindo especialistas que discutiram as principais questões da região relacionadas a clima, especificamente os ODS mais ligados aos temas sociais. São eles: ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero), ODS 3 (Boa Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes). Todos alinhados com as carências mais profundas da região.



SAÚDE PÚBLICA É UM TEMA SENSÍVEL NO PONTAL

O tema saúde pública abriu as discussões, com uma defesa do SUS como o melhor sistema de saúde do mundo. O médico Breno Luis Erbella Casari, secretário de Saúde de Presidente Prudente, fez a sustentação desta afirmação com a experiência de já ter visitado diversos países e conhecido seus sistemas de atendimento à população.

“Hoje nós enfrentamos, além dessas questões envolvendo diretamente a saúde mental, um desafio muito grande em relação à vacinação. A gente tinha uma média de cobertura vacinal do Programa Nacional de Imunização (PNI) em torno de 90%. No dia de hoje, em relação à vacina da gripe no período pós-pandemia, somente em torno de 32% da população está vacinada com mais de um mês e meio de campanha”, relatou sua preocupação.

O mesmo problema está ocorrendo em outras regiões com situações totalmente distintas em relação à qualidade de vida e condições socioeconômicas e culturais. O motivo, segundo o médico, foi “uma globalização negativa dos discursos antivacinas”.

Para ser revertido esse quadro, será necessário um grande esforço. A implementação do modelo que o Ministério da Saúde defende, a estratégia de saúde da família, serve para ter uma cobertura maior da população. **“Nós temos um dos melhores índices de casos de dengue do Brasil por número de habitantes: são apenas 192 casos no município de Presidente Prudente, que tem em torno de 230 mil habitantes. Aprendemos com os erros e tentamos ao longo desse ano fazer um trabalho de excelência”, reforçou Breno Casari.**

A INFRAESTRUTURA DE SAÚDE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

O médico Mateus Godoy, diretor de Saúde no Campo do Itesp, mostrou que a parceria com as prefeituras tem promovido a inclusão social da população do campo, onde existem inúmeras dificuldades de acesso, locomoção e o próprio povo, por falta de conhecimento, não busca fazer uma prevenção adequada para cuidar da saúde.

“A minha função é criar uma estrutura, estamos ainda na embriogênese do projeto, mas basicamente vamos desenvolver uma estrutura e levá-la até esses assentamentos para fazer cadastramento, visitas, prevenção, consulta, e incluir essas pessoas em uma saúde pública de qualidade em parceria com os municípios”, explicou.

Na região, só de assentados pela Fundação Itesp, são quase cinco mil famílias, e a instituição ainda presta atendimentos a pelo menos mais 1,5 mil famílias que foram assentadas pelo Incra.

INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ODS

Fundamental para a consolidação de projetos, a Unesp tem colocado a sua expertise no sentido de apoiar o trabalho desenvolvido nos municípios, falando da Agenda 2030 e dos ODS.

Segundo Raul Borges Guimarães, pró-reitor de Extensão Universitária e Cultura da Unesp, a pandemia da Covid-19 fez o Brasil retroceder em várias pautas em que vinha avançando, como a cobertura vacinal.

“Eu sou um geógrafo que estuda a saúde, no departamento de Geografia de Presidente Prudente. Nós estudamos a leishmaniose, a dengue e temos vários temas que tratamos na região. Como pró-reitor de Extensão da Unesp, o que eu tenho para apresentar aqui é uma proposta que estamos implementando de formação de uma rede de cidades”, afirmou Raul Borges Guimarães.

O projeto da entidade, denominado Unesp Cidades, propõe convidar os municípios da região do Pontal para que façam parte da rede para operacionalizar esses ODS. O que é possível se houver união.

Muitas das soluções serão viáveis somente com a integração de serviços públicos entre vários municípios. Um exemplo disso é a gestão de resíduos. Municípios pequenos não conseguem fazer sozinhos essa gestão na área de saúde, sendo preciso que os municípios mais bem equipados e bem aparelhados sirvam como suporte para municípios menores, principalmente em procedimentos de alta complexidade.

Essa é uma realidade que deve ser levada em conta quando se fala de gestão pública e não apenas da gestão municipal. Mas da gestão de um território mais amplo, que tenha identidades e a capacidade de estruturar-se de uma forma mais complexa.

“Entendemos que a universidade é uma plataforma que conecta o local com o mundo inteiro. A universidade tem que ser organizada para atender à demanda regional, mas tem que estar preocupada com os temas que estão colocados no mundo inteiro”,

observou Raul Guimarães. “Nós temos na Unesp, atualmente, reunindo os cursos de agronomia e engenharia agrônoma, a maior escola de estudos agrários da América Latina”.

O pró-reitor de extensão universitária e cultura da Unesp, Raul Borges Guimarães, o reitor da Unesp, Pasqual Barretti e a coordenadora da Rede Temática de Extensão Unesp Agenda 2030.



ATENÇÃO PRIMÁRIA AOS DIREITOS DE SAÚDE DA MULHER

Quanto à saúde e à condição da mulher nos assentamentos, outro ponto de destaque nos ODS, Jefferson Alexandre, supervisor do Grupo de Agronegócio do Itesp, explicou que ***“foram mudados todas as normativas; em muitas delas, agora a gente coloca a mulher como a primeira titular da propriedade; isso foi um avanço muito grande que a gente conseguiu, fazendo com que essas produtoras hoje sejam de fato primeiras titulares da propriedade”***.

O Itesp tem um grupo que trata da família na gerência de desenvolvimento humano. Sempre há intervenções com essas famílias no sentido de orientar, de mostrar meios, caminhos e formas que possam cada vez mais melhorar essa condição da mulher.

A entidade fez uma cartilha sobre violência contra as mulheres e enviou para todos os assentamentos e todas as comunidades quilombolas. O trabalho foi realizado em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo, porque no campo é muito mais difícil ser ouvido, falar

com as mulheres, com a família como um todo, e nem sempre se consegue fazer as vozes chegarem a quem de fato necessita, explicou Jefferson Alexandre.

“Recentemente, estabelecemos uma parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, exatamente para fortalecer a questão do programa Viva Leite. No campo não está chegando esse programa e muitas mulheres não conseguem receber esse benefício. Vamos, portanto, buscar promover o fortalecimento dessas famílias, levar a informação, levar a orientação, mesmo que ainda exista resistência, principalmente do produtor rural e da população um pouco mais envelhecida, que tem resistência em ouvir um fato novo”, pontuou Jefferson Alexandre.

IMPACTO GLOBAL DA INTEGRAÇÃO DAS MULHERES NA ECONOMIA

Um dado levantado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) diz o seguinte: “Completar a inclusão das mulheres na economia e no mercado de trabalho tem um impacto na economia global igual ao de uma outra China”.

O questionamento que se faz é: quais são os reais impedimentos para que se tenha um avanço mais efetivo e mais rápido nessa questão da real inclusão das mulheres no mundo empresarial, político, executivo e tudo que envolve a atividade econômica e política?

As psicólogas Cristiane Madeira e Rosangela Zamineli, que atuam na Motiva Psicologia Aplicada, buscam lançar luz sobre o tema. ***“O que me vem à cabeça é pensar que a violência é um dos grandes obstáculos, seja para ela estar dentro do contexto político, seja para ela estar dentro de um contexto econômico ou para ela decidir sua própria vida. Historicamente, ser mulher já é uma violência, uma violência no sentido subjetivo, porque já está pré-definido como essa mulher precisa ser ou o que essa mulher tem que fazer. E quebrar esse padrão é quebrar esse modelo determinado historicamente pela sociedade, pela civilização”, destacaram.***

Para elas, o que assusta e preocupa o homem é essa mulher que avança socialmente, que tem um conhecimento político, técnico. ***“Talvez o grande nó para poder avançar seja a violência, não só física, não só verbal, mas uma violência que já está institucionalizada, de impor qual é o lugar da mulher. Custa para alguns homens aceitarem essa autoridade feminina. Acredito que as mulheres não suportam fazer esse enfrentamento todo dia, toda hora, então é muita demanda psíquica para entrar nesse universo”, apontaram.***

As psicólogas, questionadas se a maternidade ainda atrapalha, dizem que para a mulher isso é um outro desafio, porque ela enfrenta uma tripla jornada. A sociedade ainda tem conceitos muito



“Como Freud falou: ‘a mãe é culpada de tudo’. Porém, também há uma posição diferente de alguns homens. A Cristiane tocou nessa questão do laço social, em que essa mudança do lado social provocou essa horizontalidade, e a gente tem visto homens assumirem algumas funções que antes eram só das mulheres. Eu penso que estamos no movimento de transição, mas ainda tem muita resistência. Esse papel muito desenhado da figura masculina ainda é um desafio para as mulheres”, pontuou Rosângela Zamineli.

cristalizados que para quebrar levará muito tempo, mas a maternidade é um desafio que as mulheres estão enfrentando.

As profissionais, que desenvolvem a psicologia clínica, pensam que podia ser incluído um outro critério, talvez para os homens, que elas consideram ser muito importante: o de apreciar a qualidade da sensibilidade. A sensibilidade é uma característica da mulher que os homens precisam desenvolver, porque, talvez, para se sustentar nesse mundo hoje tão plural, essa seja uma aptidão importante.

A geração que nasceu a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 está aprendendo a se relacionar de outra forma com as diferenças. É uma geração que tem problemas em relação às coisas práticas do mundo, mas há uma relação mais igualitária entre meninos e meninas, entre homens e mulheres, porque existe a tecnologia que faz a mediação entre eles, observou Dal Marcondes.



A DIMENSÃO ECONÔMICA DOS ODS

A nossa região tem 54 municípios. Tirando Presidente Prudente, que hoje conta com em torno de 230 mil habitantes, a nossa segunda maior cidade é Dracena, que não tem 50 mil. Curiosamente, 38 têm menos de 20 mil habitantes e desses, 34 têm menos de dez mil, e destas 24 têm menos de cinco mil.”

José Carlos Cavalcante, gerente regional do Sebrae.

PARTICIPANTES

REINALDO CANTO vice-presidente do Instituto Envolverde

DAL MARCONDES presidente do Instituto Envolverde

ANA PAULA SETTI secretária de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente

MARCOS EDUARDO NOMURA vice-presidente da União das Entidades de Presidente Prudente e Região (UEPP)

JOSÉ CARLOS CAVALCANTE gerente regional do Sebrae de Presidente Prudente

VÂNIA CRISTINA DA SILVA presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Presidente Prudente (BPWPP)

No dia 5 de junho de 2024, foi realizado o quarto encontro do projeto ambiental Diálogos do Pontal – Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, no qual especialistas discutiram os principais desafios da região relacionados com os ODS direcionados a temas econômicos – ODS 8 (Emprego Digno e Crescimento Econômico), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Assim encerrou-se o ciclo de debates sobre o posicionamento regional quanto aos ODS e possíveis soluções e ações efetivas para implementá-los.

O debate foi aberto por Vânia Cristina da Silva, presidente da BPWPP, associação constituída há 29 anos, que nasceu na Alemanha, com sede no Brasil em Brasília. A entidade internacional está em nova fase, após uma reestruturação em nível nacional, e desenvolve pelo menos três projetos: Março é Mulher, Doando Vidas, e Trabalho Igual, Salário Igual, todos voltados para o fortalecimento da presença da mulher, tanto no meio social como no econômico.



Ana Paula Setti, secretária de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente, sabe como é importante a colaboração do terceiro setor, organizações sociais, ambientais, entidades como o Sebrae, que circulam junto à iniciativa privada e também ao poder público.

Como exemplo, há que se ressaltar que muitos que vão até o Banco do Povo, para solicitar um empréstimo ou um financiamento, contam com o programa Emprega Rápido do Sebrae. A instituição também trabalha com o Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas (Fampe), que contribui para os pequenos negócios por meio de bancos oficiais ou bancos que atuam juntamente com o Fampe. O Banco do Povo oferta até o valor máximo de R\$ 20 mil, tanto para pessoa física, quanto jurídica, com uma taxa de 0,38%, bastante inferior à do mercado financeiro.

“Não adianta um município estar desenvolvido se a região toda é dependente dele. Uma situação que vemos muito em Presidente Prudente, por exemplo, diz respeito à saúde, porque a região é muito dependente dos serviços de saúde da cidade. Aqui, na prefeitura de Prudente, trabalhamos com os ODS. A Secretaria de Desenvolvimento preocupa-se muito com o trabalho decente, uma das metas do ODS 8”, destacou Ana Paula Setti.

Na opinião de Dal Marcondes, jornalista da Envolverde, os trabalhos que estão sendo realizados impressionam, assim como o grau de integração existente entre todos os entes e todas as organizações presentes nesse diálogo.

“Esse trabalho em rede é fundamental para construir vetores de desenvolvimento. Essa organização de pessoas que atuam em prol do coletivo e da comunidade é uma coisa que tem tudo a ver com o desenvolvimento e com a estrutura dos 17 ODS. Embora a gente possa tratar individualmente cada um deles, eles formam um todo que dá uma visão do processo de desenvolvimento”, observou o jornalista.

Quando questionada sobre a capacitação das pessoas para o mercado de trabalho, Ana Paula Setti disse que a maior dificuldade é o fato de não ser definida a vocação do município. Há uma reclamação frequente de indústrias e empresas sobre a falta de profissionais qualificados para seus quadros, e

também há falta de interesse da mão de obra em se qualificar. ***“Eu penso que a identificação e a qualificação da vocação dos municípios e da região são muito importantes”, opinou.***

“Outro ponto é não investir apenas em uma vocação, mas talvez não fosse a hora de investir e melhorar uma outra vocação. Então, isso é muito sério. A Cocal, ou a Tarabai, elas chegam e fazem um trabalho, e eu, sendo do Procon estadual, visito muitos municípios pequenos para fiscalizar e percebo que as cidades onde há usina sobrevivem”, observou a secretária.

Entre os aspectos econômicos apontados por Ana Paula Setti, também está o risco para o município de viver da usina da Cocal e não pensar em trabalhar essa acomodação, não pensar em trabalhar uma outra vocação, para fazer com que aquelas pessoas que hoje ganham seu dinheiro com a usina possam investir na própria cidade. Para que, se um dia a usina deixar de existir na cidade, a cidade não morra, não vire fantasma.





Para Vânia Cristina da Silva, essa questão de ter uma segunda profissionalização, uma segunda experiência, é extremamente importante. Ela teve a oportunidade de morar em Dracena, Tupi Paulista e Osvaldo Cruz, e viu usinas fecharem.

“Eu via os alunos e o desespero deles, porque eu fui professora universitária por 18 anos. O desalento deles de não ter para onde correr, porque a formação deles era aquela e eles só sabiam fazer aquilo. Portanto, é uma coisa bastante preocupante e é uma questão cultural. Nós precisamos, na fase da educação, tratar isso de uma forma alternativa. Eu acredito que cabe às escolas trabalharem de um modo diferente com as nossas crianças, para que elas se tornem jovens e adultos mais promissores”, apontou a presidente da BPWPP.

Para Dal Marcondes, fala-se muito de planejamento, mas dificilmente se consegue planejar um cenário de desenvolvimento. E isso é extremamente necessário se o foco é atingir metas de desenvolvimento, de redução das desigualdades, de

geração de trabalho e renda, porque isso não acontece espontaneamente. É por isso que existem organizações como o Sebrae, por exemplo, porque tem coisas que precisam de um incentivo vetorial, um direcionamento que aponte uma determinada direção.

“Como repórter, junto com o Reinaldo, nós viajamos não só pelo Brasil, mas por diversos países, e a gente vê como as cidades valorizam os seus territórios, as suas melhores capacidades. O Brasil é um país muito novo e muitas das cidades também são muito jovens, têm menos de cem anos, o que é muito pouco. Você vê algumas cidades europeias que têm quase mil anos. Barcelona, por exemplo, tem 1,4 mil anos”, salientou o jornalista.

Dal Marcondes entende que o empreendedorismo como iniciativa individual tem limites e não vai resolver todos os problemas. Quando acontece de se ter um bom negócio, que consegue gerar emprego e renda, é maravilhoso. Entretanto, quando falamos sobre mais de 30 cidades que precisam de um processo de

desenvolvimento, é preciso haver união, cooperativismo e estudos para o desenvolvimento.

As observações do jornalista continuam.

As pessoas moram em cidades que são maravilhosas e têm uma natureza exuberante, um enorme potencial para atrair, com uma culinária fantástica. O Pontal, por exemplo, é das águas... O que tem de rios, de represas e coisas no gênero, poderia transformar essa região num paraíso de esportes aquáticos, de atividades relacionadas a esse manancial, mas isso precisa de planejamento, de união e de estudos.

Atrair para o Pontal as pessoas da cidade de São Paulo, ou de Campinas, de outras cidades que têm uma população com renda e capacidade de fazer turismo, é bastante factível. Até de outros estados. A região está próxima de cidades do Paraná, de Goiás, mas isso depende basicamente do entendimento de que deve haver metas.



“Nós temos que olhar para os ODS e dizer: ‘Olha, nós precisamos atingir metas. Como fazer para atingir essas metas?’. Daí entra a criatividade e a capacidade de planejamento das pessoas, dos gestores, tanto públicos como empresariais, e de organizações sociais locais, porque é exatamente para isso que se tem uma estrutura de gestão pública, para que ela nos

diga como é que vamos resolver determinados problemas, como é que podemos aglutinar forças e recursos para resolver determinados desafios da nossa região e da nossa cidade”, enfatizou Dal Marcondes.

E isso é algo com que Ana Paula Setti concordou e endossou. “A gente começa com um sonho, depois a gente

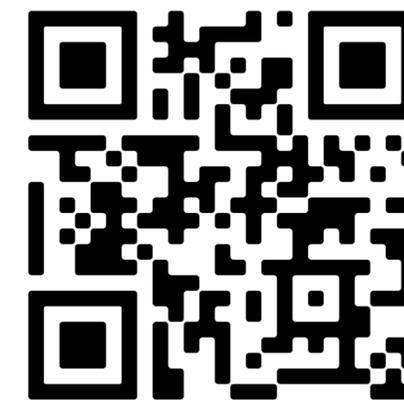
tem as frustrações, daí a gente começa a trabalhar as frustrações e começa a entender por onde realmente se pode ir para que funcione, pelo menos uma parte. Eu acredito que a UEPP está nessa direção. Nós temos o Conselho do Turismo e Cultura, que também está apresentando uma rota turística, um trabalho fantástico, que amadureceu muito”, destacou.

Houve um amadurecimento muito grande porque, há poucos anos, muitas dessas entidades mal se conversavam, sendo que todas convergem nos seus objetivos, avaliou Marcos Eduardo Nomura, vice-presidente da UEPP. Hoje o que existe é uma reunião, um grupo da sociedade civil procurando soluções que são de interesse de todos. “Portanto, considero que essas conquistas se devem muito a essas maravilhosas parcerias que todos nós temos”, concluiu.

“Acredito muito numa governança corporativa, governança essa da união do poder público com a sociedade civil organizada, buscando soluções para os problemas locais e regionais, respeitando, obviamente, as nossas vocações, limitações e as nossas potencialidades. Eu sou bastante otimista e o Pontal do Paranapanema é a última fronteira agrícola. Acredito que nós temos potencial no agronegócio, e também no turismo. O Sebrae investiu no programa West Rios durante um longo período, e conseguimos com esse projeto que seis municípios se tornassem estâncias turísticas. Lamentavelmente, alguns deles, por diversas razões, realmente estão deixando a desejar, mas espero que se conscientizem da importância do turismo para as suas economias”, observou José Carlos Cavalcante, gerente regional do Sebrae de Presidente Prudente.

AS INFORMAÇÕES E GRAVAÇÕES DE TODOS OS QUATRO EVENTOS TEMÁTICOS REALIZADOS PELO PROJETO DIÁLOGOS DO PONTAL E DO EVENTO DE ENCERRAMENTO ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE WWW.DIALOGOSDOPONTAL.COM.BR.

Escaneie o QR code para acessar



FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O SETOR PÚBLICO

Quando os serviços públicos são ofertados pelo Estado, o financiamento advém da cobrança de impostos, taxas ou contribuições de melhorias, que são basicamente as três formas que o poder público dispõe para arrecadar recursos que serão revertidos para a criação de serviços públicos, bem como para realizar investimentos em infraestrutura e o pagamento de seus servidores.

É possível, entretanto, que governos municipais e estaduais realizem a captação de recursos por outras vias que não apenas as citadas acima. Porém, obtê-los é um desafio para o setor público e a dispersão de informações sobre fontes de financiamento existentes tem sido um dos principais obstáculos na busca por esses recursos.

A lista a seguir tem o objetivo de disponibilizar informações úteis sobre algumas fontes de financiamento para captação de recursos com o objetivo de viabilizar a execução de iniciativas. Ela foi organizada com o nome das entidades, o que elas fazem, como realizam seus financiamentos e, por fim, sites em que é possível saber mais sobre elas e entrar em contato.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

O QUE É?

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, foi criada para planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do país para o exterior e do exterior para o país, sob os formatos bilateral, trilateral ou multilateral.

Para a execução de suas ações, a ABC conta com cerca de 120 parceiros nacionais, públicos e privados; alianças estratégicas com países desenvolvidos (Alemanha, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suíça, entre outros); além de acordos de colaboração com 45 organismos internacionais, blocos regionais e extrarregionais, e mais de cem países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo Básico de Cooperação Técnica.

O QUE FINANCIAMOS?

Os principais projetos de cooperação do Brasil desenvolvem-se em áreas como administração pública, agricultura familiar, temas urbanos, ciência e tecnologia, cultura, defesa, desenvolvimento social, educação e alimentação escolar, indústria e comércio, justiça, meio ambiente, energia, pecuária, pesca, planejamento, saúde, segurança pública, trabalho e emprego. Para desempenhar sua missão, a ABC segue as diretrizes da política externa do MRE e as prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas nos planos e programas setoriais de governo.

SITES

WWW.GOV.BR/ABC/PT-BR

SOBRE A ABC

WWW.ABC.GOV.BR/SOBREABC/INTRODUCAO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

O QUE É?

Criado em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem como objetivo trabalhar com seus países-membros para alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo na região. Atualmente com 48 países-membros, fornece apoio financeiro e técnico a governos nacionais, subnacionais e outras entidades regionais, e realiza pesquisas de ponta. Financia avanços na saúde, educação e infraestrutura, ação climática e diversidade, entre outras questões fundamentais para reduzir a pobreza e melhorar a vida das pessoas. O Brasil é um dos países fundadores do BID. Como todos os acionistas, o Brasil nomeia um governador, que representa o país no Conselho de Governadores.

O QUE FINANCIAMOS?

O BID é a maior fonte de financiamento multilateral para a América Latina e o Caribe, oferecendo empréstimos, doações e garantias a clientes dos setores público e privado. Atua nas áreas de agricultura e desenvolvimento rural, educação, energia, meio ambiente e desastres naturais, saúde, mercado financeiro, inclusão financeira, diversidade, mercado de trabalho e previdência, integração regional, modernização do Estado, entre outras.

A entidade realiza empréstimos para investimentos, desenvolvimento e apoio a reformas políticas, e oferece garantia para empréstimos feitos por fontes financeiras privadas para projetos do setor público. Além disso, disponibiliza soluções flexíveis de financiamento para aumentar a capacidade de gerenciamento de risco em projetos, programas de empréstimos e estratégias de gestão de ativos e passivos; e subvenções, que são recursos não reembolsáveis destinados a programas de cooperação técnica.

O BID também financia programas de cooperação técnica – geralmente pequenos, mas de grande importância – para o fortalecimento institucional, transferência de conhecimento e estudos, incluindo diagnósticos, estudos setoriais e de pré-investimento, que apoiam a formulação e preparação de projetos em um único país ou em vários países.



SITES

WWW.IADB.ORG/PT-BR

ÁREAS DE ATUAÇÃO

WWW.IADB.ORG/PT-BR/QUEM-SOMOS/TOPICOS

PARCERIAS COM O SETOR PÚBLICO

WWW.IADB.ORG/PT-BR/COMO-PODEMOS-TRABALHAR-JUNTOS/SETOR-PUBLICO

SEDE NO BRASIL

WWW.IADB.ORG/PT-BR/QUEM-SOMOS/ESCRITORIOS-NACIONAIS/BRASIL

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O QUE É?

Empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o principal instrumento do governo federal, seu único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira.

O QUE FINANCIAMOS?

O BNDES opera em projetos de infraestrutura; agropecuária; cultura e economia criativa; inovação; educação; exportação; indústria, comércio e serviços; sociais; mercado de capitais; micro, pequenas e médias empresas; meio ambiente.

Em cada uma dessas categorias, há diversas modalidades de financiamento, como créditos, serviços de garantia fidejussória, estudos e modelagem de projetos, gestão de ativos, apoios não reembolsáveis para finalidades específicas – como cultura e meio ambiente –, e projetos de pesquisa aplicada, entre outras.

SITES

WWW.BNDES.GOV.BR/WPS/PORTAL/SITE/HOME

ÁREAS DE ATUAÇÃO

WWW.BNDES.GOV.BR/WPS/PORTAL/SITE/HOME/ONDE-ATUAMOS

FINANCIAMENTO PARA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

WWW.BNDES.GOV.BR/WPS/PORTAL/SITE/HOME/FINANCIAMENTO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O QUE É?

Instituição financeira pública, a Caixa Econômica Federal (CEF) fomenta a inclusão e o desenvolvimento sustentável. Sob a forma de empresa pública, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, tem sede em Brasília e filiais em todo o território nacional. É vinculada ao Ministério da Fazenda.

O QUE FINANCIAMOS?

A Caixa conta com diversos recursos e serviços disponíveis para o poder público, como o Finisa – crédito de contratação simplificada para gestores públicos investirem em mobilidade, iluminação pública, saúde e educação de suas cidades. Além disso, disponibiliza os produtos e serviços a seguir.

- Aumento da capacidade de investimento
- Conta eleitoral
- Gestão de obras paralisadas
- Gestão dos regimes próprios de previdência
- Habilitação ao Saque Calamidade do FGTS
- Infraestrutura, saneamento e mobilidade
- Modernização da gestão
- Portal Fundeb
- Sala das Cidades e Estados
- Selo Caixa Gestão Sustentável
- Serviços para o Judiciário

SITES

WWW.CAIXA.GOV.BR/PAGINAS/HOME-CAIXA.ASPX

PRODUTOS E SERVIÇOS PARA O SETOR PÚBLICO

WWW.CAIXA.GOV.BR/PODER-PUBLICO/PAGINAS/DEFAULT.ASPX

CENPEC

O QUE É?

O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que promove qualidade e equidade na educação pública brasileira. A instituição desenvolve projetos que contribuem para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, a formação de profissionais de educação e o fortalecimento da gestão educacional e escolar.

Em parceria com redes públicas de ensino, espaços educativos e outras instituições de caráter público e privado, atua dentro e fora das escolas públicas para diminuir as desigualdades e garantir uma educação de qualidade a todas e todos.

SITES

WWW.CENPEC.ORG.BR/

SOBRE O CENPEC

WWW.CENPEC.ORG.BR/O-QUE-FAZEMOS/

O QUE FINANCIAMOS?

O Cenpec promove diversos serviços para a administração pública na área da educação, com a meta de cumprir o ODS 4 (Educação de Qualidade) da ONU, e garantir acesso a educação inclusiva, de qualidade e equitativa, com oportunidades de aprendizagem para todo mundo. Alguns desses serviços estão listados a seguir.

- Assessoria estratégica para secretarias de educação
- Formação de profissionais das redes públicas de ensino
- Elaboração de materiais didáticos
- Pesquisas e avaliações aplicadas à educação pública
- Conteúdos pedagógicos gratuitos para educadores
- Cursos online para educadores
- Premiações na área de educação

CHILDHOOD BRASIL

O QUE É?

A Childhood Brasil é uma organização que tem como objetivo a proteção à infância e à adolescência. Seu foco de atuação é o enfrentamento do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Trabalha por meio de programas e projetos para que a proteção da infância e da adolescência seja pauta de políticas públicas e privadas. Para fazer isso, forma parcerias com empresas, sociedade civil e governos, e oferece informação, soluções e estratégias para abordar a questão da violência sexual contra essa parcela da população.

SITES

WWW.CHILDHOOD.ORG.BR/

SOBRE A CHILDHOOD

WWW.CHILDHOOD.ORG.BR/COMO-PROTEGEMOS/#COMO-FAZEMOS

O QUE FINANCIAMOS?

A Childhood Brasil desenvolve projetos em parceria com a iniciativa privada e o setor público. Um deles é o Programa Proteção em Rede, que contribui para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, estabelecendo parcerias e formando profissionais para atuar, de forma integrada e eficaz, no enfrentamento da violência sexual.

A organização também atua no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em grandes empreendimentos, influenciando políticas públicas e privadas. Também assessora os setores privado e público com um conjunto de soluções que prepara o empreendimento para chegar, de forma diferenciada, ao território. Com isso, é possível traçar um plano de atuação local que considera a empresa, o poder público e seus serviços, além da sociedade civil.

FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

O QUE É?

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e à Secretaria Nacional do Consumidor, tem como missão a defesa dos direitos difusos e coletivos elencados na Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), que criou o Fundo, e a recomposição de danos causados a esses direitos.

Trata-se de um fundo que nasceu para o cumprimento de finalidade específica, uma vez que as receitas que o compõem – oriundas de processos, judiciais ou administrativos iniciados quando constatada lesão a direito difuso ou coletivo – devem ser empregadas em projetos que previnam ou recomponham danos ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e artístico, ao consumidor, à ordem econômica, ao trabalhador, às pessoas idosas ou portadoras de deficiências, e ao patrimônio público e social.

As verbas que formam o FDD, em sua maioria, decorrem da ocorrência de dano a direito difuso ou coletivo. Portanto, sua principal fonte de recursos não provém de receita originária da arrecadação de tributos federais, como ocorre na grande maioria dos fundos federais.

O QUE FINANCIAMOS?

O FDD nasceu com a missão de defesa dos direitos difusos e coletivos e recomposição de danos causados a eles. Para cumprir sua missão, foram estabelecidos os cinco eixos temáticos descritos a seguir.

- Promoção da recuperação, conservação e preservação do meio ambiente
- Proteção e defesa do consumidor
- Promoção e defesa da concorrência
- Patrimônio cultural brasileiro
- Outros direitos difusos e coletivos

Para atender à sua finalidade, o FDD lança, periodicamente, editais para a seleção de projetos que serão financiados com seus recursos, que listam expressamente todos os entes que podem participar, valores dos projetos que podem ser financiados e sua duração, entre outros.

Após o recebimento das propostas, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD) seleciona os melhores projetos, de

acordo com os critérios definidos no edital e divulgados pelo Conselho em suas atas. Esses projetos selecionados são formalizados e acompanhados pela estrutura administrativa do FDD.

Para mais informações sobre os projetos selecionados, visite o item Convênios e Transferências no site. Os processos seletivos que estão em andamento, abertos pelo FDD, podem ser vistos no item Seleções em Andamento.

Os processos seletivos já encerrados estão disponíveis no item Seleções Anteriores.

SITES

WWW.GOV.BR/MJ/PT-BR/ASSUNTOS/SEUS-DIREITOS/CONSUMIDOR/DIREITOS-DIFUSOS

CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS

WWW.GOV.BR/MJ/PT-BR/ASSUNTOS/SEUS-DIREITOS/CONSUMIDOR/DIREITOS-DIFUSOS/CONVENIOS-E-TRANSFERENCIAS

SELEÇÕES EM ANDAMENTO

WWW.GOV.BR/MJ/PT-BR/ASSUNTOS/SEUS-DIREITOS/CONSUMIDOR/DIREITOS-DIFUSOS/SELECAO-EM-ANDAMENTO

SELEÇÕES ANTERIORES

WWW.GOV.BR/MJ/PT-BR/ASSUNTOS/SEUS-DIREITOS/CONSUMIDOR/DIREITOS-DIFUSOS/SELECOES-ANTERIORES

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

O QUE É?

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) é uma fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Saúde, que busca promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.



O QUE FINANCIAMOS?

A Funasa tem suas principais linhas de ação baseadas em dois eixos: Saneamento para Promoção da Saúde, e Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana. As políticas públicas de Estado são organizadas a partir da identificação dos problemas enfrentados pela sociedade, sendo elaborados programas a serem executados pelo governo ao longo de quatro anos (Plano Plurianual – PPA) e ações e projetos a serem realizados durante o exercício financeiro (orçamento da União).

A seguir estão listadas as áreas em que a Funasa atua.

- Sistemas de abastecimento de água
- Sistemas de esgotamento sanitário
- Manejo de resíduos sólidos
- Drenagem e manejo ambiental
- Melhorias sanitárias domiciliares
- Melhorias habitacionais para o controle da Doença de Chagas
- Saneamento em áreas rurais e comunidades tradicionais
- Apoio à gestão dos sistemas de saneamento básico
- Apoio a projetos de coleta e reciclagem de materiais
- Ações estratégicas em saúde ambiental para redução de riscos à saúde humana
- Segurança e qualidade da água para consumo humano
- Educação em saúde ambiental
- Pesquisas e desenvolvimento tecnológico em saúde ambiental e saneamento
- Programa Saneamento Brasil Rural

SITES

WWW.FUNASA.GOV.BR/WEB/GUEST/INSTITUCIONAL

AÇÕES E PROGRAMAS

WWW.FUNASA.GOV.BR/PROGRAMAS-PROJETOS-ACOES-OBRS-E-ATIVIDADES

CARTA DE SERVIÇOS OFERECIDOS

WWW.GOV.BR/PT-BR/ORGaos/FUNDAcao-NACIONAL-DE-SAUDE

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE

O QUE É?

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) é um mecanismo financeiro nacional privado, sem fins lucrativos, que trabalha em parceria com os setores governamental e privado e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade.

SITES

WWW.FUNBIO.ORG.BR

CHAMADAS DE PROJETOS

WWW.FUNBIO.ORG.BR/CHAMADAS-DE-PROJETOS/

O QUE FINANCIAMOS?

O Funbio gerencia projetos financiados por recursos com origem em doações privadas e acordos bi e multilaterais assinados com o governo brasileiro. A gestão dos projetos é feita segundo regras específicas dos contratos firmados com os doadores.

Também administra projetos financiados por recursos nacionais com origem em obrigações legais, como compensações ambientais e medidas compensatórias, entre outros, formalizados por meio de contratos, termos de compromisso, de acordos judiciais (TAJs) ou de ajustamento de conduta (TACs).

A entidade realiza conexão entre fontes de recursos e organizações na ponta, desenho de mecanismos financeiros, estudos de novas fontes de recursos para a conservação, seleção e gerenciamento de projetos, gestão financeira, compras e contratações.

FUNDAÇÃO APERAM ACESITA

O QUE É?

Criada em junho de 1994, a Fundação Aperam Acesita é uma instituição privada e sem fins lucrativos. Sua missão é fomentar o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades onde a Aperam South America concentra suas principais atividades.

O QUE FINANCIA?

Por meio de programas próprios ou patrocinados por projetos aprovados por leis estaduais e federais, a Fundação promove o desenvolvimento das pessoas e da sociedade. Suas ações abrangem quatro áreas – educação, cultura, meio ambiente e promoção social –, trabalhadas em conjunto para criar propostas multidisciplinares e complementares.

SITE

[HTTPS://BRASIL.APERAM.COM/SUSTENTABILIDADE/SOCIAL/FUNDACAO-APERAM-ACESITA/](https://brasil.aperam.com/sustentabilidade/social/fundacao-aperam-acesita/)

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

O QUE É?

Criada pelo Banco do Brasil em 1985, a Fundação Banco do Brasil (FBB) é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, sediada em Brasília, que tem como objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, ciência e tecnologia, e assistência a comunidades urbano-rurais.

SITES

WWW.FBB.ORG.BR/PT-BR/SOBRE-NOS-MOBILE

EDITAIS PÚBLICOS

WWW.FBB.ORG.BR/EDITAIS-DE-SELECOES-PUBLICAS

O QUE FINANCIAMOS?

A FBB prioriza o investimento socioambiental por meio de programas estruturados, que ajudam o Brasil a se desenvolver de modo sustentável e a reduzir as desigualdades sociais. São eles: Tecnologia Social (transversal a todos os demais), Educação para o Futuro, Meio Ambiente e Renda, Saúde e Bem-Estar, Ajuda Humanitária e Voluntariado.

A Fundação está presente em todo o território brasileiro e é potencializada pela articulação de parcerias com investimento social privado e pelo apoio às políticas públicas. A FBB realiza investimentos não reembolsáveis em colaboração com instituições sem fins lucrativos com mais de dois anos de existência, por meio da celebração de convênios ou contratos.

O processo começa com a apresentação de proposta para atender editais de chamadas públicas, ou ações específicas da FBB em parceria com o Banco do Brasil.

FUNDAÇÃO FORD

O QUE É?

A Fundação Ford é uma instituição de caráter privado que tem o objetivo de reduzir a pobreza e a injustiça, fortalecer os valores democráticos, promover a cooperação internacional e avançar nas conquistas humanas.

Seu foco é fortalecer a sociedade civil em todos os níveis, por meio do apoio à participação de pessoas de diversas origens e experiências de vida, em colaboração com governos, setor privado, academia e comunidade criativa.

Para alcançar essas metas, a Fundação investe em indivíduos por meio do desenvolvimento de lideranças, bolsas de estudo, intercâmbios e programas de treinamento profissional. Busca também a construção de instituições, criando ou ajudando a sustentar milhares delas, além de apoiar novas ideias, investindo em iniciativas para o bem social, entre elas mídia pública, microfinanças, direitos das mulheres, leis de interesse público, direitos humanos digitais, entre outras.

O QUE FINANCIAMOS?

Na área de Recursos Naturais e Mudanças Climáticas, a Fundação apoia comunidades rurais na África do Sul, Zimbábue, Nigéria, Gana, Senegal, Colômbia, Peru, Brasil, México, Guatemala, Honduras e Indonésia, ajudando-as a garantir direitos à terra e a ter sua opinião no planejamento de projetos.

Além disso, trabalha com empresas e governos para reduzir finanças ilícitas, corrupção, evasão fiscal e crimes ambientais associados ao setor de recursos naturais, e redireciona as economias associadas para programas que ajudam a reduzir a desigualdade.

A entidade também atua nas questões de gênero, raça e justiça étnica, além de estimular o engajamento da sociedade civil e suas relações com a política e governos.

SITES

WWW.FORDFOUNDATION.ORG/

FUNDAÇÃO FORD – BRASIL

WWW.FORDFOUNDATION.ORG/OUR-WORK-AROUND-THE-WORLD/BRAZIL/

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

O QUE É?

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969, é um fundo de natureza contábil e financeira que tem como objetivo financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do país.



O QUE FINANCIAMOS?

No que concerne às modalidades de apoio, os recursos do FNDCT podem ser aplicados das formas a seguir.

- Não reembolsável: para financiamento de projetos de Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), projetos de cooperação entre ICTs e empresas, projetos de subvenção econômica para empresas, equalização de encargos financeiros nas operações de crédito, e programas desenvolvidos por organizações sociais que mantenham contrato de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que promovam e incentivem a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- Reembolsável: destinados a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, sob a forma de empréstimo.
- Aporte de capital: participação societária em empresas inovadoras e em fundos de investimentos autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e garantia de liquidez para este tipo de investimento.

Os principais instrumentos adotados para a aplicação dos recursos não reembolsáveis são listados a seguir.

- Chamadas públicas: seleção de propostas aberta a qualquer interessado qualificado, baseada em critérios pré-estabelecidos, podendo contemplar uma ou mais fases.
- Cartas-Convite: seleção de propostas por meio de convite a instituições, identificadas segundo critérios de singularidade, capacitação e competência pré-estabelecidos, podendo contemplar uma ou mais fases.
- Encomendas: instrumentos destinados a ações específicas de execução de políticas públicas, tendo como requisitos a criticidade ou a especificidade do tema, a singularidade da instituição ou a existência de competência restrita, podendo ter, entre outras características, vinculação a prioridades de programas de governo, a programas estratégicos da área de ciência, tecnologia e inovação ou a urgência no seu desenvolvimento.

SITES

WWW.FINEP.GOV.BR/A-FINEP-EXTERNO/FNDCT/MODALIDADES-DE-APOIO

CONTATO

WWW.FINEP.GOV.BR/FALE-CONOSCO

INSTITUTO AYRTON SENNA

O QUE É?

O Instituto Ayrton Senna é uma organização sem fins lucrativos dedicada à educação integral, comprometida em impulsionar o potencial de estudantes em todos os cantos do Brasil, buscando transformar as vidas de crianças, jovens e educadores, por meio da educação de qualidade, garantindo oportunidades para cada um.

SITES

[HTTPS://INSTITUTOAYRTONSENNA.ORG.BR/](https://institutoayrtonenna.org.br/)

SOBRE O INSTITUTO

[HTTPS://INSTITUTOAYRTONSENNA.ORG.BR/
O-QUE-FAZEMOS/](https://institutoayrtonenna.org.br/o-que-fazemos/)

O QUE FINANCIAMOS?

O Instituto é um centro de inovação com três frentes principais: pesquisa e produção de conhecimento, desenho de políticas educacionais, e formação de educadores. Atua organizando informações para a tomada de decisão, promovendo a educação integral do Ensino Fundamental ao Médio, e desenvolvendo estratégias formativas para educadores.

Na frente de pesquisa, produz conhecimento com base em evidências e realiza a organização e tradução de informações para embasar a formulação de políticas educacionais. Na frente pedagógica, desenvolve, implementa e avalia propostas e soluções diversificadas para a promoção da educação integral, que podem ser implementadas como componentes ou integradas a políticas públicas de educação.

No setor de formação, desenha estratégias e jornadas, produz conhecimento sobre metodologias formativas, oferece apoio para redes parceiras que queiram formar seus profissionais na perspectiva da educação integral e oferece um ambiente digital de formação para que essas soluções possam chegar a todos os educadores do país.

ITAÚ SOCIAL

O QUE É?

Entidade de caráter privado que desenvolve diversos programas comprometidos com a melhoria da educação pública brasileira, contribuindo com ações e programas que incidam em políticas públicas emancipatórias e viabilizadoras de mudanças estruturais na educação.

Para atuar como articulador, agregador e potencializador de ações em prol da educação, o Itaú Social conta com uma ampla rede de parceiros dos setores público e privado.



O QUE FINANCIAMOS?

O compromisso da instituição com a melhoria da aprendizagem e da trajetória escolar, buscando a redução das desigualdades por raça/cor, gênero, deficiência e nível socioeconômico, é orientado pelos quatro marcos estratégicos a seguir.

- Fortalecer a capacidade das redes estaduais e municipais para desenhar e implementar políticas focadas nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º anos).

- Promover uma política nacional para os anos finais que induza a atuação coordenada dos estados e municípios com marcos legais, normativas, programas e recursos orçamentários visando à redução das desigualdades.

- Desenvolver um modelo de referência de escola pública voltado para os anos finais do ensino fundamental, que promova o desenvolvimento integral e dialogue com diferentes realidades.

- Promover a melhoria das práticas pedagógicas na pré-escola das redes públicas, aprofundando pesquisas sobre práticas pedagógicas, articulando redes e lançando mão dos aprendizados acumulados com programas anteriores, como o Leia com uma Criança.

Para efetivar esse compromisso, a instituição realiza parcerias e conta com alguns programas que tratam tanto o eixo da gestão pedagógica quanto o da gestão administrativo-financeira, como o Escrevendo o Futuro – que contribui para a melhoria do ensino da leitura e da escrita nas escolas públicas de todo o país –, e o Melhoria da Educação – que proporciona formação continuada para gestores educacionais –, entre outros.

SITES

WWW.ITAUSOCIAL.ORG.BR/

PROGRAMAS

WWW.ITAUSOCIAL.ORG.BR/PROGRAMAS/

PARCEIROS E PARCERIAS COM PODER PÚBLICO

WWW.ITAUSOCIAL.ORG.BR/PARCEIROS/

MINISTÉRIO DAS CIDADES

O QUE É?

O Ministério das Cidades tem sua estrutura baseada nos três principais problemas sociais que afetam as populações urbanas e que estão relacionados ao território: moradia, saneamento ambiental (que agrega água, esgoto, drenagem e coleta e destinação de resíduos sólidos), e mobilidade e trânsito (que engloba questões relativas ao transporte da população urbana).



MINISTÉRIO DAS CIDADES

O QUE FINANCIAMOS?

O Ministério das Cidades tem como áreas de competência as demandas a seguir.

- Política de desenvolvimento urbano e ordenamento do território urbano
- Políticas setoriais de habitação e de saneamento ambiental, incluídas as políticas para os pequenos municípios e a zona rural
- Política setorial de mobilidade e trânsito urbano
- Promoção de ações e programas de habitação e de saneamento básico e ambiental, incluída a zona rural
- Promoção de ações e programas de urbanização, de desenvolvimento urbano, de transporte urbano e de trânsito
- Política de financiamento e subsídio ao desenvolvimento urbano, à habitação popular, ao saneamento e à mobilidade urbana
- Planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de urbanização, habitação e saneamento básico e ambiental, incluída a zona rural

- Planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano e de mobilidade e trânsito urbanos
- Participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água e para adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e da gestão do saneamento.

Dentro dessas áreas, existem diversos programas em cada setor. Na área de habitação, há o Minha Casa, Minha Vida e o Plano Nacional de Habitação 2040, entre outros. Na área de desenvolvimento urbano e metropolitano, alguns são o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) e o Programa Nacional de Capacitação das Cidades (Capacidades).

Já na parte de mobilidade urbana, entre vários programas, há o Programa de Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas, o Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, e o programa Bicicleta Brasil.

No setor de saneamento, alguns exemplos são o Avançar Cidades – Saneamento, o Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) e o Projeto de Fomento ao Aproveitamento Energético de Biogás (Probiogás).

SITES

WWW.GOV.BR/CIDADES/PT-BR/ACESSO-A-INFORMACAO/INSTITUCIONAL

PROGRAMAS, PROJETOS, AÇÕES, OBRAS E ATIVIDADES

WWW.GOV.BR/CIDADES/PT-BR/ACESSO-A-INFORMACAO/ACOES-E-PROGRAMAS/PROGRAMAS-PROJETOS-ACOES-OBRAS-E-ATIVIDADES

CONCESSÕES DE RECURSOS FINANCEIROS OU RENÚNCIA DE RECEITAS

WWW.GOV.BR/CIDADES/PT-BR/ACESSO-A-INFORMACAO/ACOES-E-PROGRAMAS/CONCESSOES-DE-RECURSOS-FINANCEIROS-OU-RENUNCIA-DE-RECEITAS

CONTATO

WWW.GOV.BR/CIDADES/PT-BR/ACESSO-A-INFORMACAO/INSTITUCIONAL/HORARIO-DE-ATENDIMENTO

PETROBRAS

O QUE É?

Empresa de capital aberto, cujo acionista majoritário é o governo do Brasil, a Petrobras é uma empresa estatal de economia mista, que atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Tem expertise na exploração e produção, especialmente em águas profundas e ultraprofundas.

SITES

[HTTPS://PETROBRAS.COM.BR/](https://petrobras.com.br/)

LINHAS DE PATROCÍNIO, CONVÊNIOS E PROJETOS APOIADOS

[HTTPS://PETROBRAS.COM.BR/SUSTENTABILIDADE/PATROCINIOS](https://petrobras.com.br/sustentabilidade/patrocinius)

PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

[HTTPS://PETROBRAS.COM.BR/SUSTENTABILIDADE/PROJETOS](https://petrobras.com.br/sustentabilidade/projetos)

O QUE FINANCIAMOS?

A Petrobras realiza patrocínios, convênios e projetos em parceria com a iniciativa privada e o setor público. Atua principalmente nas áreas de cultura, esporte, eventos e projetos socioambientais, investindo de maneira estratégica e contínua em diversas iniciativas, com o objetivo de alcançar transformações positivas nas comunidades e territórios onde opera.

A maior parte dos projetos que a empresa patrocina é contemplada por meio de seleções públicas, com inscrições gratuitas, em todas as regiões do país. Quando uma seleção está aberta, é feita ampla divulgação e esclarecimentos para os proponentes. Além de selecionar projetos com chamadas temáticas, oferece oportunidades de patrocínio nas diferentes áreas por meio de cadastro. Os projetos recebidos, ainda que possam não ser patrocinados no momento, ficam no banco de dados da empresa para futuras oportunidades.

SOLIDARIEDADE GLOBAL CONTRA A FOME

O QUE É?

A Solidariedade Global Contra a Fome (Solidarité Mondiale contre la Faim – SMF) é uma associação transnacional que tem como objetivos essenciais combater a desnutrição, garantir a segurança alimentar e incentivar as populações a cuidarem de si mesmas.

A entidade propõe uma redistribuição da riqueza de forma mutualista e dirige-se a todos, especialmente aos que denunciam a desigualdade no que diz respeito ao direito à alimentação sem recorrer à assistência. Destina-se também a quem deseja assumir o comando de si mesmo e precisa apenas de uma ajuda financeira para implementar o seu projeto.

A SMF contribui para manter e desenvolver a produção agrícola local, financiando pequenos projetos adaptados aos agricultores, em harmonia com as condições locais e os seus estilos de vida. Os projetos podem dizer respeito a criação de gado, horticultura comercial, construção de poço e irrigação, apicultura, piscicultura, entre outros.

O QUE FINANCIAMOS?

A organização tem o objetivo de contribuir com o cumprimento dos seguintes ODS da ONU: 2 (Fome Zero); 6 (Água Limpa e Saneamento); 8 (Emprego Digno e Crescimento Económico); 10 (Redução das Desigualdades); 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis); 17 (Parcerias em Prol das Metas).

SITES

WWW.GLOBIDAR.ORG/

CONTATO

WWW.GLOBIDAR.ORG/CONTACTS

AGÊNCIA NORTE-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

O QUE É?

A Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – Usaid) é uma organização americana que promove valores democráticos no exterior, com missões em mais de 80 países e programas em mais de cem. Trabalha em uma variedade de áreas técnicas, como agricultura; crescimento econômico; meio ambiente; educação; democracia, direitos humanos e governança; empoderamento feminino; água e saneamento; saúde global. A entidade também responde a desastres humanitários.

O objetivo da instituição é dar suporte a parceiros para que se tornem autossuficientes e capazes de liderar suas próprias jornadas de desenvolvimento. A agência busca expandir os mercados de exportação dos Estados Unidos, promovendo a prosperidade por meio de investimentos e apoiando sociedades mais estáveis, resilientes e democráticas.

Para cumprir sua missão, faz parcerias com uma variedade de instituições, incluindo governos, organizações religiosas e comunitárias, empresas privadas, faculdades e universidades, organizações não governamentais.

O QUE FINANCIAMOS?

Por mais de 50 anos, a Usaid tem apoiado o Brasil, e atualmente trabalha em estreita colaboração com o governo brasileiro e a sociedade civil para construir soluções sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico, bem como para promover o engajamento do setor privado em direção a soluções inovadoras para a conservação da biodiversidade na Amazônia.

Com um programa de longa data e contínuo para a conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira, a Usaid Brasil implementa um acordo bilateral com agências estratégicas do governo federal, para apoiar a conservação da biodiversidade e atividades de desenvolvimento sustentável.

SITES

WWW.USAID.GOV/

USAID BRASIL – CONTATO

WWW.USAID.GOV/BRAZIL

RECURSOS PARA PARCEIROS

WWW.USAID.GOV/PARTNER-WITH-US/RESOURCES-FOR-PARTNERS

OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO

WWW.USAID.GOV/PARTNER-WITH-US/FIND-A-FUNDING-OPPORTUNITY

LISTA DE CIDADES DO PONTAL DO PARANAPANEMA

FONTES

População: IBGE, Censo 2022

PIB per capita e Salário médio mensal dos trabalhadores formais: IBGE, 2021

Atividade Econômica: DataViva, 2021

Índice de Saúde: IBGE, 2020

Índice de Educação: IBGE, 2010

Assentamentos: Itesp, 2023.

ALFREDO MARCONDES

Prefeito: Celso Pirani Passos (DEM)

População: 4.445 pessoas

PIB per capita: R\$ 28.649,11

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: não há dados disponíveis

Atividade Econômica: Veículos Automotores: fabricação de material elétrico e eletrônico para automóveis

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 25 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,6 %

ÁLVARES MACHADO

Prefeito: Roger Fernandes Gasques (PSDB)

População: 27.255 pessoas

PIB per capita: R\$ 28.306,72

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,5 salários mínimos

Atividade Econômica: Indústrias de Transformação – fabricação de alimentos para animais

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 9,4 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,3%

ANHUMAS

Prefeito: Adailton César Menossi (PSDB)

População: 4.023 pessoas

PIB per capita: R\$ 25.316,58

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Agropecuária – criação de bovinos

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,3%

CAIUÁ

Prefeita: Rute Almeida dos Santos Lima (PTB)

População: 5.466 pessoas

PIB per capita: R\$ 15.997,16

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,1 salários mínimos

Atividade Econômica: Agropecuária – criação de bovinos

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 99,3%

Assentamentos: 6

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Malu	Caiuá	24	477,11	mar/2003
Maturi	Caiuá	172	4.519,35	jan/1998
Santa Angelina	Caiuá	23	535,81	fev/2002
Vista Alegre	Caiuá	22	532,80	fev/2002
Santa Rita 3	Caiuá	21	523,54	set/1998
Nossa Senhora das Graças	Caiuá / Presidente Venceslau	66	1.544,66	mar/2010

CAIABU

Prefeita: Suelen Nara Matos Mative (Republicanos)

População: 3.712 pessoas

PIB per capita: R\$ 16.640,38

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,9 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Agropecuária – criação de bovinos

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,9%

EMILIANÓPOLIS

Prefeito: João Batista Amaral (PTB)

População: 3.014 pessoas

PIB per capita: R\$ 24.451,77

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,9 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Agropecuária – criação de bovinos

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 31,25 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 97,3%

ESTRELA DO NORTE

Prefeita: Dehon Aparecido Toso (Cidadania)

População: 2.703 pessoas

PIB per capita: R\$ 22.511,33

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Agropecuária – criação de bovinos

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,9%

EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA

Prefeito: Domingos Mente Lopes (Republicanos)

População: 7.924 pessoas

PIB per capita: R\$ 14.708,88

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,9 salários mínimo

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Agropecuária – criação de bovinos, Comércio Varejista – hipermercados e supermercados

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,5%

Assentamentos: 8

EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Guaná Mirim	Euclides da Cunha	34	812,13	fev/2002
Porto Letícia	Euclides da Cunha	36	707,00	out/1997
Tucano	Euclides da Cunha	35	664,83	nov/1991
Rancho Alto	Euclides da Cunha	50	1.292,24	set/1998
Rancho Grande	Euclides da Cunha	101	2.447,09	set/1998
Santa Tereza	Euclides da Cunha	46	1318,17	mai/2009
Santa Rita Pontal	Euclides da Cunha	51	805,37	nov/1990
Santa Rosa	Euclides da Cunha	65	865,67	mai/1992

IEPÊ

Prefeito: Murilo Nóbrega Campos (União Brasil)

População: 7.619 pessoas

PIB per capita: R\$ 52.789,96

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,2 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Agropecuária – criação de bovinos , Comércio Varejista – hipermercados e supermercados

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 97,9%

INDIANA

Prefeito: Wheslen Thiago Scaione Cachoeira (Podemos)

População: 5.090 pessoas

PIB per capita: R\$ 17.846,96

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,9 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Indústria de Transformação – produtos de minerais não metálicos

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98%

JOÃO RAMALHO

Prefeito: Adelmo Alves (Republicanos)

População: 4.371 pessoas

PIB per capita: R\$ 32.483,14

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,2 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Agropecuária – criação de bovinos

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 99,4%

MARABÁ PAULISTA

Prefeito: Aparecido Nascimento Sobral (PSDB)

População: 4.573 pessoas

PIB per capita: R\$ 25.999,50

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,4 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Agropecuária – criação de bovinos, Indústrias de Transformação – confecção e vestuários

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 26,32 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 99%

Assentamentos: 7

MARABÁ PAULISTA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Dom Paulo Evaristo Arns	Marabá Paulista	42	522,92	jan/2017
Governador André Franco Montoro	Marabá Paulista	236	4.640,16	out/2017
Nossa Senhora Aparecida	Marabá Paulista	17	616,10	set/2003
Santa Maria 2	Marabá Paulista	40	1.091,61	set/2004
Santo Antônio	Marabá Paulista	73	1.822,47	fev/1999
Santo Antônio da Prata	Marabá Paulista	34	813,57	abr/2004
São Pedro	Marabá Paulista	8	261,46	abr/2004

MARTINÓPOLIS

Prefeito: Marco Antonio Jacomeli de Freitas (Republicanos)

População: 24.881 pessoas

PIB per capita: R\$ 28.179,26

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Comércio Varejista – hipermercados e supermercados, Produtos Alimentícios – fabricação de açúcar em bruto

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 3,61 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,1%

MIRANTE DO PARANAPANEMA

Prefeito: Átila Ramiro Menezes Dourado (PSDB)

População: 15.917 pessoas

PIB per capita: R\$ 32.957,78

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,8 salários mínimos

Atividade Econômica: Coque e Derivados de Petróleo – fabricação de álcool

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 30,67 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,8%

Assentamentos: 31

MIRANTE DO PARANAPANEMA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Alvorada	Mirante do Paranapanema	21	565,53	mar/1997
Arco-Íris	Mirante do Paranapanema	105	2.606,79	dez/1995
Asa Branca	Mirante do Paranapanema	21	498,65	set/2009
Canaã	Mirante do Paranapanema	55	1.223,74	dez/1995
Estrela D'Alva	Mirante do Paranapanema	31	784,50	jan/1995
Flor Roxa	Mirante do Paranapanema	39	953,67	dez/1995
Haroldina	Mirante do Paranapanema	71	1.964,89	dez/1995
Irmã Dorothy Stang	Mirante do Paranapanema	35	543,27	ago/2016
King Meat	Mirante do Paranapanema	46	1.134,50	dez/1995
Lua Nova	Mirante do Paranapanema	17	375,00	jun/1996
Marco 2	Mirante do Paranapanema	9	242,96	abr/1997
Nossa Senhora Aparecida	Mirante do Paranapanema	9	175,03	nov/1997
Novo Horizonte	Mirante do Paranapanema	57	1.540,59	jun/1996
Pontal	Mirante do Paranapanema	13	235,44	jun/1996
Repouso	Mirante do Paranapanema	21	515,05	out/2000
Roseli Nunes	Mirante do Paranapanema	55	2.082,75	mar/2003
Santa Apolônia	Mirante do Paranapanema	104	2.657,74	dez/1996
Santa Carmem	Mirante do Paranapanema	37	1.067,90	dez/1995
Santa Cristina	Mirante do Paranapanema	35	837,90	jun/1996
Santa Cruz	Mirante do Paranapanema	17	411,08	dez/1995
Santa Isabel 1	Mirante do Paranapanema	46	1.452,77	jun/1996
Santa Lúcia	Mirante do Paranapanema	24	597,27	jun/1996
Santa Rosa 1	Mirante do Paranapanema	24	639,93	jun/1996
Santana	Mirante do Paranapanema	29	650,06	dez/1995
Santo Antônio	Mirante do Paranapanema	17	399,29	mar/2005
Santo Antônio 1	Mirante do Paranapanema	17	517,99	jun/1996
Santo Antônio 2	Mirante do Paranapanema	7	118,71	dez/2005
São Bento	Mirante do Paranapanema	182	5.190,50	jan/1995
Vale dos Sonhos	Mirante do Paranapanema	23	617,94	jun/1996
Washington Luís	Mirante do Paranapanema	16	343,24	jun/1996
Che Guevara (Santa Clara)	Mirante do Paranapanema	46	976,45	jan/1995

NANTES

Prefeito: Marllon Jaffer Albano de Oliveira (MDB)

População: 2.660 pessoas

PIB per capita: R\$ 44.261,55

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,5 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Agropecuária – criação de bovinos

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 25,64 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,7%

NARANDIBA

Prefeito: Itamar dos Santos Silva (PSDB)

População: 5.713 pessoas

PIB per capita: R\$ 129.106,16

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,1 salários mínimos

Atividade Econômica: Produtos Alimentícios – fabricação de açúcar em bruto

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 13,7 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,9%

PIQUEROBI

Prefeita: Adriana Crivelli Biffe (MDB)

População: 3.264 pessoas

PIB per capita: R\$ 18.103,98

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,7 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral,
Agropecuária – criação de bovinos

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 99,4%

Assentamentos: 3

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Santo Antônio da Lagoa	Piquerobi	29	968,03	mar/1997
São José da Lagoa	Piquerobi	29	1.026,37	jun/1996
Santa Rita 2	Piquerobi	26	600,96	dez/1997

PIRAPOZINHO

Prefeito: Lucas Pandovan dos Santos Pavani (PROS)

População: 25.348 pessoas

PIB per capita: R\$ 33.165,84

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,2 salários mínimos

Atividade Econômica: Produtos Alimentícios – abate de reses

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 15,21 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,8%

PRESIDENTE BERNARDES

Prefeito: Reginaldo Luiz Ernesto Cardilo (PP)

População: 14.490 pessoas

PIB per capita: R\$ 25.644,30

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,3 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Comércio Varejista, Agropecuária – criação de bovinos

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 18,18 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,5%

Assentamentos: 8

PRESIDENTE BERNARDES

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Água Limpa 1	Presidente Bernardes	31	956,00	set/1996
Água Limpa 2	Presidente Bernardes	26	789,00	set/1996
Florestan Fernandes	Presidente Bernardes	55	1.116,61	ago/1998
Palu	Presidente Bernardes	44	1.243,85	set/1996
Quatro Irmãs	Presidente Bernardes	15	385,98	out/1998
Rodeio	Presidente Bernardes	65	1.861,39	mar/1997
Santa Eudóxia	Presidente Bernardes	6	167,00	set/1996
Santo Antônio 2	Presidente Bernardes	24	672,85	set/1998

PRESIDENTE EPITÁCIO

Prefeita: Cássia Regina Zaffani Furlan (PSDB)

População: 39.505 pessoas

PIB per capita: R\$ 29.738,90

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,9 salários mínimos

Atividade Econômica: Comércio Varejista, Administração Pública – administração pública em geral, Produtos Alimentícios – fabricação de outros produtos alimentícios

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 15,49 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,8%

Assentamentos: 1

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
São Paulo	Presidente Epitácio	76	1.855,28	ago/2003

PRESIDENTE VENCESLAU

Prefeita: Barbara Medeiros Vilches (PV)

População: 35.201 pessoas

PIB per capita: R\$ 20.760,95

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,8 salários mínimos

Atividade Econômica: Comércio Varejista, Administração Pública – administração pública em geral, Confecção – peças de vestuário, Atividades Administrativas – serviços de escritório

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 8,24 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,6%

Assentamentos: 6

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Primavera 1	Presidente Venceslau	82	2.027,90	abr/1996
Primavera 2	Presidente Venceslau	43	1.081,93	jun/1996
Radar	Presidente Venceslau	29	548,24	jun/1996
Santa Maria	Presidente Venceslau	17	263,90	abr/1996
Tupanciretã	Presidente Venceslau	78	2.861,62	jun/1996
São Camilo	Presidente Venceslau	25	668,93	nov/2009

RANCHARIA

Prefeito: Marcos Slobodtsov (União Brasil)

População: 28.588 pessoas

PIB per capita: R\$ 46.459,21

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,9 salários mínimos

Atividade Econômica: Produtos Alimentícios – abate de reses, Agropecuária – cultivo de cana-de-açúcar

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 19,13 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 97,5%

REGENTE FEIJÓ

Prefeito: André Marcelo Zuquerato dos Santos (PSDB)

População: 20.145 pessoas

PIB per capita: R\$ 47.932,82

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,3 salários mínimos

Atividade Econômica: Produtos Alimentícios – fabricação de especiarias e condimentos, Comércio Varejista

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 4,72 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,8%

RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS

Prefeito: José Amauri Lenzoni (PSDB)

População: 2.025 pessoas

PIB per capita: R\$ 21.152,38

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,8 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Comércio Atacadista – atacado de cereais e leguminosas beneficiados, Agropecuária – criação de bovinos, Indústrias de Transformação – fabricação de alimentos para animais

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,6%

Assentamentos: 1

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Yapinary	Ribeirão dos Índios	40	852,52	jun/1996

ROSANA

Prefeito: Silvio Gabriel (PSD)

População: 17.440 pessoas

PIB per capita: R\$ 121.065,75

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,6 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Comércio Varejista, Saúde Humana – atendimento hospitalar

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 4,46 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,1%

Assentamentos: 4

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Bonanza	Rosana	31	574,79	nov/1998
Nova do Pontal	Rosana	122	2.786,90	set/1998
Porto Maria	Rosana	41	1.127,10	mar/2009
Gleba XV de Novembro	Rosana / Euclides	571	13.309,76	fev/1984

SANDOVALINA

Prefeito: Francisco Mendes da Silva (PTB)

População: 3.645 pessoas

PIB per capita: R\$ 72.374,52

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,8 salários mínimos

Atividade Econômica: Coque e Derivados de Petróleo – fabricação de álcool

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,2%

Assentamentos: 2

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Bom Pastor	Sandovalina	130	2.628,39	set/1997
Dom Tomás Balduino	Sandovalina	68	1.334,29	jan/2001

RANCHARIA

Prefeito: José Bonilha Sanches (Patriota)

População: 17.963 pessoas

PIB per capita: R\$ 26.650,73

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,2 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Comércio Varejista, Indústrias de Transformação – fabricação de alimentos para animais, Agropecuária – criação de bovinos e cultivo de cana-de-açúcar

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 25,51 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 98,5%

SANTO EXPEDITO

Prefeito: Anderson José Betio (PSDB)

População: 3.000 pessoas

PIB per capita: R\$ 14.964,67

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 1,7 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral

Índice de Saúde: não há dados para mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 99,1%

TACIBA

Prefeito: Alair Antônio Batista (PV)

População: 6.260 pessoas

PIB per capita: R\$ 29.259,48

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2,8 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Agropecuária – criação de bovinos

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 15,38 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 99,3%

Informações relevantes: no município está localizada a Usina Hidrelétrica Capivara, a maior do rio Paranapanema, com potência instalada de 627 MW.

SANTO EXPEDITO

Prefeito: José Roque da Silva Lira (PV)

População: 6.536 pessoas

PIB per capita: R\$ 22.125,16

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Curtimento de Couro, Produtos Alimentícios – fabricação de produtos de carne, Agropecuária – criação de bovinos, Comércio Varejista

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 23,81 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 99,2%

TEODORO SAMPAIO

Prefeita: Jandira Sampaio Cavichini Gutierrez (PSD)

População: 22.173 pessoas

PIB per capita: R\$ 26.801,81

Salário médio mensal dos trabalhadores formais: 2 salários mínimos

Atividade Econômica: Administração Pública – administração pública em geral, Comércio Varejista, Coque e Derivados de Petróleo – fabricação de álcool

Índice de Saúde: Mortalidade Infantil – 3,34 óbitos por mil nascidos vivos

Índice de Educação: Taxa de escolarização de 6 a 14 anos – 97,1%

Assentamentos: 20

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	ÁREA TOTAL (HA)	INÍCIO
Córrego Azul	Teodoro Sampaio	9	226,71	nov/1997
Água Branca 1	Teodoro Sampaio	29	629,88	out/1998
Alcídia da Gata	Teodoro Sampaio	18	458,55	out/1998
Cachoeira do Estreito	Teodoro Sampaio	29	490,47	nov/1997
Fusquinha	Teodoro Sampaio	46	1.081,77	set/2003
Haideia	Teodoro Sampaio	27	868,26	nov/1997
Laudenor de Souza	Teodoro Sampaio	67	1.541,01	set/1997
Padre Jósimo	Teodoro Sampaio	96	2.290,19	jul/2003
Santa Cruz da Alcídia	Teodoro Sampaio	25	704,75	jan/2000
Santa Edwiges	Teodoro Sampaio	25	691,99	set/2003
Santa Rita da Serra	Teodoro Sampaio	40	837,43	nov/1997
Santa Terezinha da Água Sumida	Teodoro Sampaio	48	1.345,82	jul/1999
Santa Terezinha da Alcídia	Teodoro Sampaio	26	1.345,83	out/1998
Santa Vitória	Teodoro Sampaio	27	492,61	nov/1997
Santa Zélia	Teodoro Sampaio	104	2.730,35	mar/1999
Santo Antônio Coqueiros	Teodoro Sampaio	23	367,09	nov/1997
Santo Expedito	Teodoro Sampaio	37	662,85	nov/2009
Zilda Arns	Teodoro Sampaio	9	679,75	jun/2011
Vale Verde	Teodoro Sampaio	50	1.010,75	nov/1997
Vô Tônico	Teodoro Sampaio	19	550,77	out/1998



EXPEDIENTE

Produção: Paolla Yoshie e Alice Marcondes

Redação e edição: Dal Marcondes

Revisão: Nanci Vieira

Diagramação: Rachel Fornis



Diálogos do Pontal
Agenda para o Desenvolvimento Sustentável